

FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

# A EVOLUÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL DE 1999 A 2001

Brasília, janeiro de 2004

Apoio:





# ÍNDICE

<b>Apresentação</b>	<b>5</b>
<b>Capítulo 1. Elementos Contextuais</b>	<b>7</b>
1.1 Fatores Condicionantes	7
1.2 Marco Legal e Ações de Erradicação	8
1.3 Evolução do Trabalho Infantil entre 1995 e 1999	11
<b>Capítulo 2. Trabalho Infantil de 1999 a 2001: dados principais e indicadores</b>	<b>13</b>
2.1 Brasil	13
2.2 Grandes Regiões e Unidades da Federação	15
2.3 Setores e Ramos de Atividade Econômica	17
2.4 Síntese dos Indicadores	19
<b>Capítulo 3. Condicionantes da Evolução do Trabalho Infantil no Período</b>	<b>20</b>
3.1 Fatores relacionados à oferta de mão-de-obra infantil	20
3.2 Fatores relacionados à demanda pela mão-de-obra infantil	22
<b>Capítulo 4. Conclusões e Indicações</b>	<b>25</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>27</b>
<b>Anexo: Tabelas Seleccionadas</b>	<b>29</b>



# APRESENTAÇÃO

Este documento contém os resultados do estudo sobre “A Evolução do Trabalho Infantil no Brasil de 1999 a 2001”, realizado pelo Núcleo de Assessoria Planejamento e Pesquisa –NAPP, em cooperação com o Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF.

O trabalho constituiu na sistematização e análise de um amplo conjunto de estatísticas e indicadores acerca da evolução do trabalho infantil no Brasil, tendo como base os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de

Domicílios (PNAD)<sup>1</sup> para os anos de 1999 e 2001. Foram examinados os dados relativos aos níveis de atividades e ocupação da população de cinco a 17 anos, de acordo com a faixa etária, o sexo, a área geográfica (Grande Região e Unidade da Federação), o setor e ramo de atividade econômica.

O objetivo principal do estudo foi o de fornecer uma base de referência para a avaliação e o replanejamento das estratégias de erradicação do trabalho infantil em curso, a partir da identificação

das tendências e determinantes da evolução recente do trabalho infantil no Brasil.

O documento está estruturado em quatro capítulos. O primeiro, de caráter introdutório, aborda alguns elementos do contexto sócioeconômico e político-institucional do trabalho infantil no Brasil. O segundo traça um quadro geral da evolução do trabalho infantil entre os anos de 1999 e 2001, a partir de três perspectivas: o plano nacional, a área geográfica e o setor de atividade

econômica. O terceiro apresenta algumas hipóteses explicativas da evolução do trabalho infantil no período estudado, considerando as mudanças no quadro econômico e social, bem como os possíveis efeitos das ações de erradicação do trabalho infantil. Por fim, o quarto capítulo resume as conclusões do estudo e apresenta algumas indicações para o replanejamento das estratégias de combate ao trabalho infantil.

**Carlos Amaral**  
Consultor

<sup>1</sup> A PNAD é uma pesquisa de abrangência nacional realizada anualmente pelo IBGE, com exceção dos anos em que são realizados os Censos Demográficos. A PNAD cobre todo o

território nacional, com exceção da área rural da Região Norte. Os resultados da PNAD são representativos para o Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas.

# CAPÍTULO 1. ELEMENTOS CONTEXTUAIS

Como passo inicial do presente estudo, este capítulo examina alguns elementos do contexto social, econômico e institucional no qual se insere o trabalho infantil no Brasil. Os elementos abordados a seguir referem-se aos fatores condicionantes do trabalho infantil, ao marco legal do trabalho de crianças e adolescentes e às ações e estratégias de erradicação do trabalho infantil. Além disso, é apresentado um breve resumo da evolução do trabalho infantil no período anterior ao focado por esse estudo.

## 1.1 Fatores Condicionantes

Enquanto fenômeno social complexo, o trabalho infantil encontra-se subordinado a múltiplos condicionantes de natureza econômica, social e cultural. Estes fatores condicionantes podem ser examinados a partir de duas perspectivas complementares: a primeira relacionada com a “oferta” da mão-de-obra infantil pelas crianças e famílias e a segunda com a “demanda” da força de trabalho infantil por parte do mercado de trabalho.

No tocante à oferta de mão-de-obra infantil, um papel preponderante deve ser atribuído à situação de pobreza absoluta, que leva a que muitas famílias utilizem-se do trabalho infantil como parte de suas estratégias de sobrevivência. Além de facilmente comprovável, a partir do perfil sócioeconômico típico das crianças trabalhadoras, a relação entre pobreza e trabalho infantil encontra-se fartamente documentada em estudos quantitativos e qualitativos sobre o trabalho infantil no Brasil realizados nos últimos anos<sup>2</sup>.

O caráter socialmente perverso dessa relação reside sobretudo no seu sentido bidirecional: se, por um lado, a pobreza favorece a inserção prematura de crianças no mercado de trabalho, por outro, o trabalho precoce dificulta, especialmente devido a seus reflexos negativos no plano educacional, a ascensão futura a ocupações mais qualificadas e melhor remuneradas, gerando o efeito conhecido como “ciclo transgeracional da pobreza”.

Outro fator de estímulo à oferta de trabalho infantil no Brasil está associado às debilidades do sistema educacional. Apesar dos inegáveis avanços obtidos nessa área nos últimos anos, persistem diversas dificuldades, como indicam a manutenção de altos índices de evasão no ensino fundamental e as dificuldades de acesso ao ensino médio, especialmente nas regiões menos desenvolvidas do país. Também nesse caso é possível falar-se de uma relação bidirecional: de um lado, o trabalho prejudica o desempenho escolar das crianças e, no limite, leva ao abandono da escola; e de outro, os problemas inerentes ao sistema escolar levam a uma interrupção da formação educacional e induzem a um ingresso precoce no mercado de trabalho.

Na literatura sobre trabalho infantil, freqüentemente, menciona-se um outro fator de estímulo à oferta do trabalho infantil, de caráter essencialmente cultural. No interior dos padrões culturais e comportamentais dominantes nas classes populares, o trabalho infantil seria visto positivamente, como uma forma de proteger as crianças do ócio e da marginalidade e de inculcar nelas valores como a disciplina e a responsabilidade, essenciais à sua vida futura. Mesmo sem negar importância

<sup>2</sup> Ver por exemplo Sabóia (1996) e Schwartzman (2001).

a esse componente cultural, parece claro que ele não está desvinculado dos condicionantes sociais e econômicos do trabalho infantil, ou seja, uma vez que as condições materiais impõem a utilização do trabalho infantil como forma de sobrevivência, é natural que as famílias expostas a esta situação gerem (ou assimilem) um discurso capaz de justificar eticamente esse procedimento. Dessa forma, cria-se um processo no qual, para usar a expressão de um estudioso do tema, “a necessidade é transfigurada em virtude”<sup>3</sup>.

Por sua vez, a demanda por trabalho infantil está condicionada pela dimensão, dinâmica e estrutura do mercado de trabalho em cada localidade ou região.

O trabalho infantil, assim como qualquer forma de trabalho, pressupõe a existência de alternativas de inserção econômica dos indivíduos, na localidade em que residem ou no seu entorno. Em algumas regiões muito pobres, a escassez de alternativas de trabalho leva a um subdimensionamento do mercado de trabalho face à população local e conseqüentemente a uma baixa incidência de trabalho infantil. Isso explica o fato dos municípios e as microrregiões com os piores indicadores de desenvolvimento econômico e social não serem necessariamente os que apresentam os índices mais elevados de trabalho infantil<sup>4</sup>.

A dinâmica do mercado de trabalho encontra-se ligada aos ciclos de expansão e retração da atividade econômica e seus reflexos sobre o nível de emprego. A este respeito vale chamar a atenção para as diferenças entre os trabalhos de crianças

e adolescentes. Enquanto o trabalho das crianças ocorre na grande maioria dos casos como reforço da mão-de-obra familiar, a inserção econômica dos adolescentes realiza-se muitas vezes sem intermediação familiar, através da venda direta da sua força de trabalho ao mercado. Por este motivo, as oscilações nos níveis de emprego tendem a afetar mais diretamente o trabalho dos adolescentes do que o das crianças.

Por fim, a demanda por mão-de-obra infantil é influenciada pela estrutura do mercado de trabalho, ou seja, pelo peso relativo dos diferentes tipos de ocupação e atividade econômica em cada localidade ou região. Em geral, o trabalho infantil concentra-se em ocupações pouco qualificadas e em atividades que utilizam técnicas rudimentares de produção. A modernização dessas atividades, bem como a sua substituição por outras com maior densidade tecnológica, reduz a demanda por mão-de-obra não qualificada e, por conseguinte, diminui a absorção da força de trabalho infantil.

### 1.2 Marco Legal e Ações de Erradicação

Além dos fatores mencionados acima, que afetam a oferta ou a demanda de mão-de-obra infantil, a evolução do trabalho infantil é influenciada por elementos que atuam de forma transversal em relação a essas duas dimensões. São eles: i) o marco legal que regulamenta o trabalho de crianças e adolescentes e ii) as estratégias e ações de prevenção e erradicação do trabalho infantil.

A Constituição brasileira de 1988 definia em 14 anos a idade mínima para a admissão ao

<sup>3</sup> Gouveia (1993)

<sup>4</sup> Ver a respeito Sabóia e Sabóia (1999)

trabalho, proibindo a realização desta atividade antes disso, salvo na condição de aprendiz. Porém, em 1998, esta norma foi modificada pela Emenda Constitucional nº 20, referente à Reforma da Previdência, que elevou para 16 anos a idade mínima para o trabalho, fixando em 14 anos a idade mínima para a atividade de aprendiz.

O Estatuto da Criança e Adolescente – ECA de 1990 estabelece condições especiais para o trabalho de crianças e adolescentes. Entre outros dispositivos, o ECA proíbe o trabalho de menores de 18 anos nas seguintes condições: noturno, perigoso, insalubre ou penoso; realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social; realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola.

Desde 2000, o Brasil é signatário das duas principais convenções da Organização Internacional do Trabalho acerca do trabalho infantil. São elas: a Convenção 138, segundo a qual a idade mínima para o trabalho “não deverá ser inferior à idade de conclusão da escolaridade compulsória ou, em todo caso, a 15 anos” e a Convenção 182, que determina “a adoção de medidas imediatas e eficazes visando a proibição e a eliminação das piores formas de trabalho infantil, com caráter de urgência”<sup>5</sup>.

Assim pode-se afirmar o Brasil<sup>6</sup> dispõe, em relação ao trabalho infantil, de uma legislação moderna, abrangente e sintonizada com as normas internacionais. Contudo, a existência dessa legislação não tem sido suficiente para impedir a prática generalizada do trabalho infantil em todas as regiões e estados do

país. Em parte, isso pode ser creditado às debilidades do sistema público de fiscalização, encarregado de fazer cumprir as normas legais. Por outro lado, a natureza complexa do trabalho infantil faz com o mesmo não possa ser combatido eficazmente apenas através de medidas repressivas, requerendo, ao contrário, um esforço coordenado de múltiplos atores em diversas frentes de atuação.

A consciência dessa necessidade tem estimulado, nos últimos anos, o surgimento e desenvolvimento de um amplo conjunto de iniciativas voltadas para a prevenção e erradicação do trabalho infantil. Além de envolverem um diversificado espectro institucional (governos, ONGs, fundações empresariais, agências internacionais etc), estas iniciativas utilizam-se de distintas modalidades ou estratégias de intervenção, entre as quais pode-se destacar: i) estratégias voltadas para inibir a oferta de mão-de-obra infantil, através do reforço à escolarização das crianças, associado ao incremento/complementação da renda familiar; ii) estratégias voltadas para inibir a demanda por mão-de-obra infantil, através da sensibilização do empresariado e da certificação/premiação de empresas que não utilizam mão-de-obra infantil; e iii) estratégias de sensibilização e mobilização social contra o trabalho infantil, através de manifestações públicas, campanhas na mídia etc<sup>7</sup>.

No campo das ações de erradicação do trabalho infantil, existem duas iniciativas, de natureza distinta, que merecem destaque particular, devido à sua centralidade e abrangência nacional: o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

<sup>5</sup> A expressão “as piores formas de trabalho infantil” abarca: i) todas as formas de escravidão ou práticas análogas; ii) a utilização, o recrutamento ou a oferta de crianças para a prostituição, pornografia e atividades ilegais (especialmente o tráfico de entorpecentes); iii) o trabalho que, por sua natureza ou condições em que se processa, prejudique a saúde, segurança ou moral das crianças.

<sup>6</sup> O UNICEF, de acordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança, considera como criança todas aquelas menores de 18 anos de idade. Entretanto, este estudo aponta para o emprego ilegal de crianças menores de 16 anos (15 anos, 11 meses e de 30 dias) no Brasil.

- FNEPTI e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI.

Criado em 1994, o Fórum constitui-se no principal espaço de articulação e debate das políticas e estratégias de combate ao trabalho infantil. Formado por 73 entidades governamentais e não governamentais, o Fórum é coordenado por uma Coordenação Colegiada e conta com o apoio técnico e financeiro do UNICEF, da OIT e do Pommar USAID. O trabalho desenvolvido pelo Fórum no plano nacional é complementado pelos Fóruns Estaduais, existentes em todas as unidades da federação, que assumem a função de fomentar e aglutinar as ações ligadas à questão do trabalho infantil em cada estado.

Ao longo de sua trajetória, o Fórum constituiu-se no principal inspirador de modelos de ação voltados para a erradicação do trabalho infantil. Destaca-se em particular a metodologia dos Planos de Ação Integrada (PAI), através da qual integram-se ações de diferentes áreas e busca-se coordenar os esforços dos três níveis de governo e da sociedade civil. Aplicada inicialmente no estado do Mato Grosso do Sul, em uma experiência piloto de erradicação do trabalho infantil na área de carvoaria, essa metodologia constituiu-se como referência passível de reprodução e adaptação para outros setores de atividade e regiões do país. Foi com base naquela experiência, que a Secretaria de Estado de Assistência Social - SEAS<sup>8</sup> implantou em 1996 o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, que veio progressivamente a adquirir centralidade no campo das iniciativas voltadas para a erradicação do trabalho infantil no Brasil.

O PETI está direcionado à famílias com renda per capita de até 0,5 salário mínimo, que tenham filhos na idade entre sete e 15 anos trabalhando em condições consideradas perigosas, penosas, insalubres ou degradantes. Os principais instrumentos utilizados pelo Programa são a concessão de uma bolsa familiar<sup>9</sup>, cujo objetivo explícito é compensar a perda de renda familiar, resultante do fim do trabalho infantil, e a participação das crianças na “Jornada Ampliada” que consiste em um turno suplementar à escola, no qual são desenvolvidas atividades recreativas, culturais e de reforço escolar. Além disso, o Programa prevê a realização de atividades sócio-educativas junto às famílias e articulação com iniciativas de qualificação profissional e geração de renda. As contrapartidas para a participação no Programa são a retirada das crianças do trabalho e a matrícula e frequência regular à escola de todos os filhos na faixa de sete a 15 anos.

O PETI é executado através de uma parceria entre os três níveis de governo (federal, estadual e municipal) contando também com a participação de entidades da sociedade civil, em graus variáveis, de acordo com a localidade.

Implantado inicialmente em áreas rurais dos estados de Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Bahia, o PETI apresentou nos últimos anos, especialmente em 2000 e 2001, um acentuado crescimento da sua clientela e base geográfica de atuação. Atualmente, o Programa encontra-se implantado em todas as unidades da federação, atendendo a cerca de 800 mil crianças<sup>10</sup>.

<sup>7</sup> Para uma visão abrangente das estratégias e ações de erradicação do trabalho infantil em curso no Brasil até o final de 2000, ver Amaral, Silveira e Campineiro (2000).

<sup>8</sup> A partir de janeiro de 2003, as funções da SEAS foram assumidas pelo recém criado Ministério da Assistência Social.

<sup>9</sup> O valor da bolsa é de R\$ 40,00 por criança nas capitais, regiões me-

tropolitanas e municípios com mais de 250 mil habitantes e R\$ 25,00 por criança nos demais municípios. Em ambos os casos, são consideradas apenas as crianças de 7 a 15 anos que tenham sido retiradas do trabalho em função da ação do PETI.

<sup>10</sup> A expansão da cobertura do PETI e seus possíveis reflexos na evolução do trabalho infantil são examinados no capítulo 3 desse trabalho.

### 1.3 Evolução do Trabalho Infantil entre 1995 e 1999

Antes de ser feita a análise da evolução do trabalho infantil no período de 1999 a 2001, importa traçar um breve panorama da trajetória desse fenômeno nos anos que antecedem o período estudado. Para tanto serão utilizados os dados das PNADs referentes aos anos de 1995 a 1999<sup>11</sup>.

Entre 1995 e 1999, o número de crianças trabalhadoras na faixa etária de 10 a 14 anos, apresenta uma redução de 23 por cento, o que corresponde a uma redução anual média de 5,3 por cento. Esta redução não se distribui uniformemente ao longo dos cinco anos, tendo se concentrado no período de 1995 a 1996, onde ocorre uma redução de 21,3 por

cento no número de crianças ocupadas. Se forem considerados apenas os quatro últimos anos da década (1996 a 1999) a redução foi de apenas 2,4 por cento. Esta tendência é confirmada pelo exame da taxa de atividade de crianças na faixa etária de 10 a 14 anos. Este índice apresenta uma queda significativa entre 1995 e 1996, mantendo-se praticamente inalterado entre 1996 e 1999.

Como se sabe, esse período concentra os efeitos distributivos da era pós-Real, em virtude principalmente da conjugação entre três fatores: crescimento econômico, estabilização monetária e elevação real do salário mínimo em 1995<sup>12</sup>. Considerando-se a íntima conexão entre pobreza e trabalho infantil, é razoável supor que a redução do número de crianças trabalhadoras esteja

**Quadro 1**  
**Evolução do número de crianças e adolescentes trabalhadores, por faixa etária (1995-1999)**

Ano	10 a 14 anos		15 a 17 anos	
	Número	Variação	Número	Variação
1995	3.289.262		4.422.176	
1996	2.595.911	-21,3%	4.037.972	-9,5%
1997	2.557.938	-1,5%	3.920.822	-3,0%
1998	2.485.489	-2,8%	3.760.764	-4,3%
1999	2.532.965	1,9%	3.584.954	-4,9%

Fonte: IBGE (PNAD - 1995 e 1999).

<sup>11</sup> Como os dados das PNADs de 1995 a 1998 não foram objeto do mesmo tratamento estatístico dispensado aos dados das PNADs de 1999 e 2001, as informações utilizadas nessa parte do trabalho seguem o formato pré-definido pelo IBGE. Por esse motivo, as faixas etárias de crianças e adolescentes não coincidem inteiramente com as utilizadas no corpo principal do trabalho.

<sup>12</sup> Para uma análise detalhada a respeito ver Rocha (2000)

relacionada com o incremento da renda das famílias mais pobres, ocorrido naquele momento. Por outro lado, a inexistência de mudanças significativas entre 1996 e 1999, indica que as ações institucionais de erradicação do trabalho infantil, que se intensificam a partir de 1996 com a criação do PETI, não tinham conseguido, até aquele momento, alcançar uma redução na dimensão desse problema em escala nacional.

O número de adolescentes trabalhadores na faixa de 15 a 17 anos apresenta uma redução de 19 por cento entre 1995 e 1999 (média anual de 4,4 por cento). Apesar de também neste caso a queda mais expressiva ter sido registrada entre 1995 e 1996, a redução distribui-se de forma mais equilibrada ao longo de todo o período.

Entretanto, observa-se que, nos quatro últimos anos do período, a redução no número de adolescentes trabalhadores não é acompanhada na mesma proporção pela redução da taxa de atividade desse segmento, que capta também os adolescentes que se encontravam em busca de trabalho. Entre 1996 e 1999, o número de adolescentes ocupados reduz-se em 11,2 por cento, enquanto que a taxa de atividade apresenta uma queda de apenas 3,9 por cento. Isto significa que a redução no contingente de adolescentes trabalhadores nesse período deveu-se menos à diminuição da População Economicamente Ativa - PEA adolescente (ou, dito de outra forma, à oferta de mão-de-obra por parte dos adolescentes) e mais à redução da demanda por parte do mercado de trabalho.

**Quadro 2**  
**Evolução da taxa de atividade de crianças e adolescentes, por faixa etária (1995–1999)**

Ano	10 a 14 anos	15 a 17 anos
1995	18,7%	50,9%
1996	16,8%	46,4%
1997	16,9%	45,9%
1998	16,6%	45,4%
1999	16,6%	44,6%

Fonte: IBGE (PNAD - 1995 e 1999).

## CAPÍTULO 2.

# TRABALHO INFANTIL DE 1999 A 2001: PRINCIPAIS DADOS E INDICADORES

Este capítulo apresenta os principais dados e indicadores sobre a evolução do trabalho infantil no Brasil entre os anos de 1999 e 2001, tendo como base os resultados das PNADs para esses anos.

As informações estão agrupadas em três blocos: o primeiro enfoca a dimensão e a evolução do trabalho infantil no plano nacional, o segundo mostra os dados desagregados por Grande Região e por Unidade da Federação e o terceiro contém informações desagregadas por setor e ramo de atividade econômica.

### 2.1 Brasil

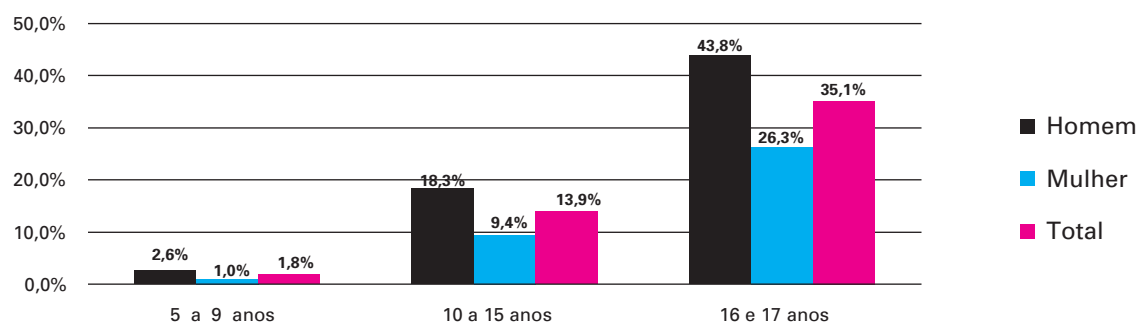
Em 2001, existiam de acordo com os dados da PNAD cerca de 5,5 milhões de crianças e adolescentes (entre cinco e 17 anos) trabalhando no Brasil. Desse total, aproximadamente 300 mil tinham entre cinco e nove anos, 2,8 milhões entre 10 e 15 anos e 2,4 milhões 16 e 17 anos.

As crianças e os adolescentes trabalhadores eram predominantemente do sexo masculino. Os indivíduos deste sexo correspondiam a 72 por cento do total de ocupados na faixa de cinco a nove anos, 67 por cento na faixa de 10 a 15 e 63 por cento na faixa de 16 e 17 anos.

Os índices ocupacionais<sup>13</sup> eram de 1,8 por cento na faixa de cinco a nove anos, 14 por cento na faixa de 10 a 15 anos e 35 por cento na faixa de 16 e 17 anos. A elevação dos índices de ocupação entre as faixas etárias ocorre de forma mais acentuada no caso das crianças do sexo feminino, indicando que a sua inserção no trabalho ocorre, em geral, em uma idade mais avançada do que as das crianças do sexo masculino.

As taxas de atividade<sup>14</sup> registradas foram de 16 por cento na faixa de 10 a 15 anos e de 45 por cento na faixa de 16 e 17 anos. As diferenças entre os níveis de ocupação e atividade apontam para a existência de um amplo contingente de crianças e principalmente de

**Gráfico 1**  
**Índice ocupacional por sexo e faixa etária (2001)**



<sup>13</sup> O índice ocupacional expressa a proporção de pessoas ocupadas em relação ao total da população.

<sup>14</sup> A taxa de atividade expressa a proporção entre as pessoas econômicas ativas e o total da população.

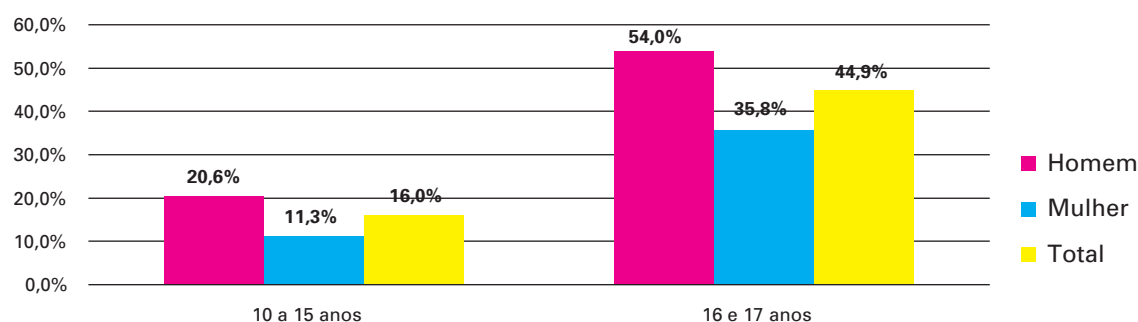
adolescentes não ocupados, que encontrava-se em busca de trabalho. Com efeito, as taxas de desocupação (ou de “desemprego aberto”) deste segmento (13 por cento na faixa de 10 a 15 anos e 22 por cento na faixa de 16 e 17 anos) situavam-se acima do índice registrado para o conjunto da população (9,4 por cento).

Em comparação com a situação registrada em 1999, os resultados da PNAD 2001 indicam uma queda na incidência do trabalho infantil no país. Em números absolutos, a redução no contingente de crianças e adolescentes trabalhadores foi de aproximadamente 1,15

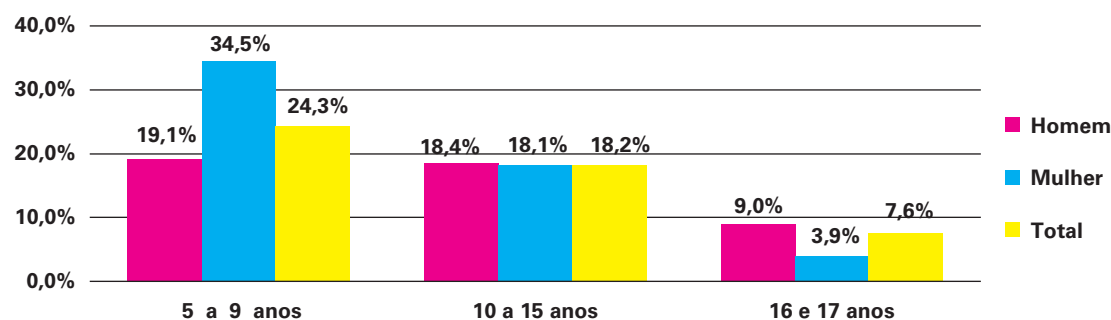
milhão, dos quais a maior parte (cerca de 750 mil) na faixa etária de 10 a 15 anos. Em termos relativos, as reduções, já considerando as variações demográficas no período, foram de 24 por cento na faixa etária de cinco a nove anos, 18 por cento na faixa de 10 a 15 anos e 8 por cento na faixa de 16 e 17 anos.

Examinando-se essa evolução de acordo com o sexo das crianças e adolescentes, observa-se que a redução foi mais intensa entre as mulheres na faixa de cinco a nove anos, praticamente idêntica para ambos os sexos na faixa de 10 a 15 anos e maior entre os homens na faixa de 16 e 17 anos.

**Gráfico 2**  
Taxa de atividade por sexo e faixa etária (2001)



**Gráfico 3**  
Índice de redução do trabalho infantil por sexo e faixa etária (1999-2001)



Além de registrarem uma diminuição no número de crianças e adolescentes ocupadas, os resultados da PNAD 2001 expressam uma queda nos níveis de atividades desses segmentos. As taxas de atividade apresentam uma queda de 18 por cento na faixa de 10 a 15 anos e de 9 por cento na faixa de 16 e 17 anos. A evolução similar dos níveis de ocupação e atividade indica que, a redução do trabalho infantil verificada no período não pode ser atribuída ao aumento dos níveis de desemprego aberto desse segmento, que mantém-se praticamente constantes (variação de -0,1 por cento na faixa de 10 a 15 anos e de -1 por cento na faixa de 16 e 17 anos).

## 2.2 Grandes Regiões e Unidades da Federação

A distribuição das crianças e dos adolescentes trabalhadores pelas Grandes Regiões do país apresenta diferenças importantes de acordo com a faixa etária. No caso das crianças de cinco a 15 anos observa-se uma clara concentração na região Nordeste: 64 por cento das crianças ocupadas na faixa de cinco a nove anos e 48 por cento na faixa de 10 a 15 anos encontram-se nessa região. Já nos caso dos adolescentes de 16 e 17 anos, a distribuição está mais ajustada ao peso populacional de cada região, com o Sudeste aparecendo em primeiro lugar (36 por cento),

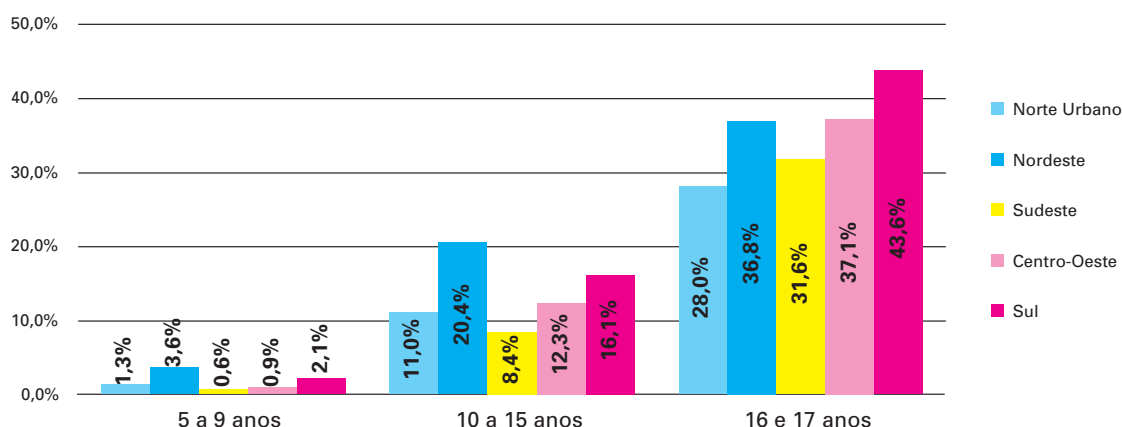
seguido pelo Nordeste (33 por cento).

A maior incidência de trabalho infantil na região Nordeste é confirmada pelo fato desta região apresentar os mais elevados índices ocupacionais para as crianças de cinco a nove anos (3,6 por cento) e de 10 a 15 anos (20 por cento). Os segundos maiores índices ocupacionais nessas faixas etárias são encontrados na região Sul (2,1 por cento e 16 por cento, respectivamente). No caso dos adolescentes de 16 e 17 anos, os maiores índices ocupacionais são alcançados nas regiões Sul (44 por cento) e Centro-Oeste (37 por cento).

A análise dos resultados das unidades da federação deve levar em conta que a PNAD, como toda pesquisa amostral, comporta uma determinada margem de erro que tende a ser tão mais elevada quanto menor a dimensão do universo de referência. Desta forma alguns dos resultados por unidade da federação, especialmente os dos estados da Região Norte e do Distrito Federal, bem como os relativos à faixa etária de cinco a nove anos, apresentam uma elevada margem de erro e devem ser encarados com as necessárias cautelas.

Em números absolutos, as maiores incidências de trabalho infantil na faixa etária de cinco a 15 anos foram registradas nos estados da Bahia, Minas

**Gráfico 4**  
**Índice ocupacional por faixa etária e região (2001)**



Gerais e Maranhão. No caso dos adolescentes de 16 e 17 anos, os maiores contingentes de ocupados localizavam-se nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Bahia.

Como previsível, os maiores índices ocupacionais na faixa de cinco a 15 anos encontram-se nos estados da região Nordeste. O Maranhão é o estado que apresenta os maiores índices ocupacionais nessa faixa, seguido pelos estados de Piauí e Bahia. Os menores índices foram encontrados no Distrito Federal e nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Já no caso dos adolescentes de 16 e 17 anos, a existência de um maior equilíbrio interregional reflete-se no fato dos três estados com maiores índices ocupacionais (Tocantins, Santa Catarina e Maranhão) localizarem-se em regiões diferentes.

A comparação com os dados da PNAD 1999 indica que a redução da incidência de trabalho infantil envolveu todas as regiões do país, ainda que com dimensões e intensidades variáveis.

Em termos absolutos, a principal variação ocorreu no Nordeste, com uma redução de mais de 400 mil no número de crianças trabalhadoras na faixa de 10 a 15 anos. Contudo, em termos relativos os maiores

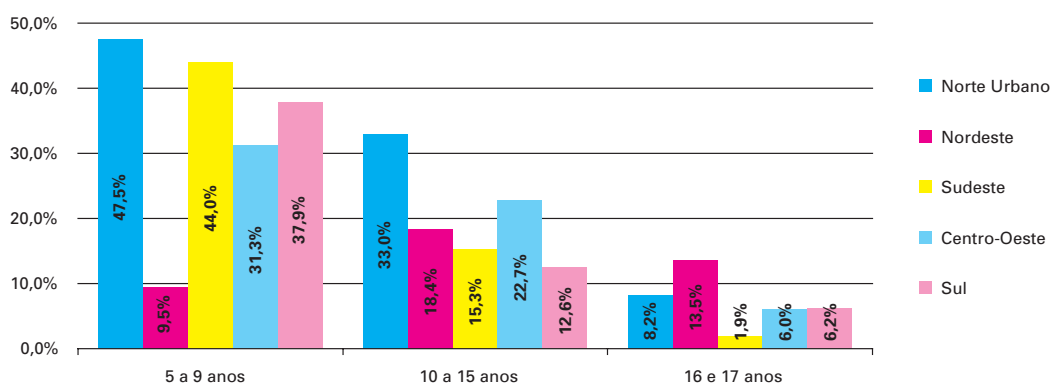
índices de redução nessa faixa etária (já considerando as variações demográficas) foram alcançados no Norte urbano e na região Centro-Oeste. Nestas duas regiões, as reduções foram superiores às registradas no plano nacional, enquanto que o Nordeste praticamente igualou a média nacional e o Sul e o Sudeste apresentaram reduções inferiores.

No caso das crianças trabalhadoras de cinco a nove anos, chama a atenção o baixo índice de redução (9,5 por cento) verificado na região Nordeste. Este índice surpreende não só por situar-se sensivelmente abaixo do registrado nas demais regiões, mas também pelo fato de representar apenas a metade do nível de redução observado junto às crianças de 10 a 15 anos da região.

Entre os adolescentes de 16 e 17 anos, a redução mais expressiva do índice ocupacional ocorreu na região Nordeste e o menor na região Sudeste. Um ponto a ser destacado nesta faixa refere-se à situação das adolescentes do sexo feminino nas regiões Sudeste e Sul, que, ao contrário da tendência dominante, apresentaram uma elevação do nível ocupacional.

Na grande maioria dos estados, a evolução

**Gráfico 5**  
**Índice de redução do trabalho infantil por faixa etária e região (1999-2001)**



do trabalho infantil ocorreu de acordo com o padrão dominante na respectiva região. A principal exceção foi o estado de Alagoas, no qual verificou-se uma expressiva elevação dos índices ocupacionais das crianças de 10 a 15 anos e dos adolescentes de 16 e 17 anos.

Sintetizando o que foi exposto acima, pode-se afirmar que em geral a redução do trabalho de crianças e adolescentes, nas faixas consideradas neste estudo, ocorreu com uma intensidade maior nas regiões menos desenvolvidas do país (Nordeste e Centro-Oeste, além do Norte Urbano) comparativamente às regiões mais desenvolvidas (Sul e Sudeste). Embora a magnitude desta evolução não tenha sido suficiente para alterar o perfil da distribuição regional do trabalho infantil, ela pode ser indicativa de uma tendência de reconfiguração do trabalho infantil no país, conforme será discutido mais adiante.

### 2.3 Setores e Ramos de Atividade Econômica

O exame da distribuição setorial do trabalho infantil considerou, no caso das faixas etárias de 10 a 15 anos e de 16 e 17 anos, além dos quatro grandes setores econômicos (agricultura, indústria, comércio e serviços), a

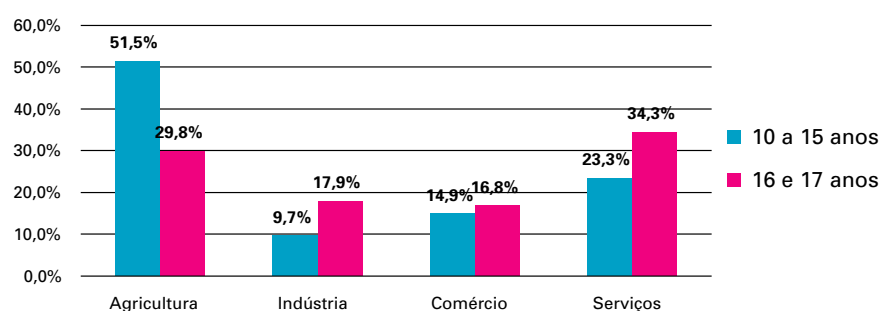
classificação adotada pela PNAD, que distribui o pessoal ocupado em 11 grandes ramos de atividade econômica<sup>15</sup>. Já no caso das crianças de cinco a nove anos, os dados disponíveis permitem distinguir apenas entre ocupados em atividades agrícolas e não agrícolas.

Entre as crianças trabalhadoras de cinco a 15 anos, a agricultura aparece como o principal ramo de atividade econômica. Os ocupados nesse ramo correspondiam a 76 por cento do total de ocupados na faixa de cinco a nove anos e 51 por cento na faixa de 10 a 15 anos. Entre as atividades tipicamente urbanas, predominavam, na faixa de 10 a 15 anos, as atividades do setor de serviços (24 por cento), seguidas pelo comércio (15 por cento) e pelas atividades industriais (10 por cento).

A maioria (70 por cento) dos adolescentes trabalhadores de 16 e 17 anos encontrava-se ocupados em atividades não agrícolas. O setor de serviços respondia por 35 por cento dos ocupados nessa faixa, seguido pela agricultura (30 por cento), indústria (18 por cento) e comércio (17 por cento).

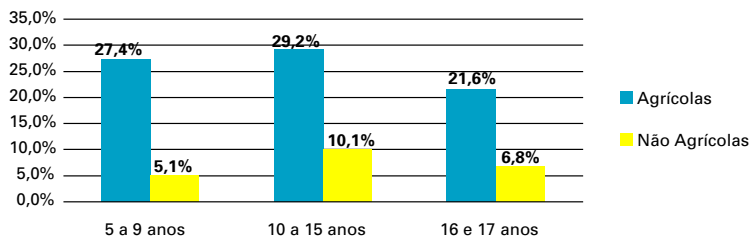
Os ocupados de 10 a 17 anos são majoritariamente do sexo masculino, em nove dos 11 ramos listados pela PNAD. As

**Gráfico 6**  
Distribuição das crianças e adolescentes ocupadas por setor de atividade econômica e faixa etária (2001)



<sup>15</sup> No interior do ramo Prestação de Serviços foi dado um destaque ao sub-grupo Serviços Domésticos devido às características específicas deste segmento.

**Gráfico 7**  
**Índice de redução do trabalho infantil em atividades agrícolas e não agrícolas por faixa etária (1999-2001)**



exceções ficam por conta dos ramos “Social” e “Prestação de Serviços”. Nesse último ramo, o predomínio do sexo feminino deve-se principalmente à composição do sub-grupo “Serviço Domiciliar”, no qual 93 por cento dos ocupados são mulheres.

Examinando-se a distribuição setorial das crianças trabalhadoras de 10 a 15 anos nas diferentes regiões do país, observa-se que a agricultura encontrava-se sobre-representada nas regiões Nordeste e Sul e sub-representada no Sudeste e, como previsível, no Norte Urbano. Esta situação não se reproduzia integralmente no caso dos adolescentes de 16 e 17 anos: o peso da agricultura permanecia bastante elevado na região Nordeste, mas apresentava uma queda acentuada na região Sul. Além de evidenciar a existência de uma maior mobilidade intersetorial no caso da região Sul, esse fato parece indicar que a inserção precoce no trabalho possui, para as crianças dessa região, uma influência menos decisiva na determinação da sua futura trajetória ocupacional.

A comparação com os dados de 1999 revela que a redução do trabalho infantil na agricultura apresentou uma dimensão e uma intensidade bastante superiores a dos outros ramos. A redução do número de ocupados em atividades agrícolas correspondeu a 96 por cento da

redução do total de ocupados na faixa de cinco a nove anos, 80 por cento na faixa de 10 a 15 anos e 62 por cento na faixa de 16 e 17 anos. Em termos relativos, a diminuição do número de crianças e adolescentes ocupados na agricultura foi de 27 por cento na faixa de cinco a 10 anos 29 por cento na faixa de 10 a 15 anos e 22 por cento na faixa de 16 e 17 anos contra respectivamente 5 por cento, 10 por cento e 7 por cento no caso das atividades não agrícolas.

As diferenças entre a evolução do trabalho infantil na agricultura e nos demais ramos são mais acentuadas na região Nordeste. Enquanto entre os ocupados na agricultura verificaram-se reduções de 32 por cento na faixa de 10 a 15 anos e de 12 por cento na faixa de cinco a nove anos, entre os ocupados em atividades não agrícolas ocorreu uma redução de apenas 2 por cento na faixa de 10 a 15 anos e uma elevação de 20 por cento na faixa de cinco a nove anos.

No tocante às atividades tipicamente urbanas, as maiores reduções da presença de trabalho infantil, na faixa de 10 a 15 anos ocorreram na administração pública e na indústria de construção, enquanto que as elevações mais expressivas envolveram os ramos “serviços auxiliares de atividade econômica” e “outras atividades”<sup>16</sup>. Entre os adolescentes de 16 e 17 anos, as maiores variações negativas foram

<sup>16</sup> O ramo “outras atividades”, que engloba “atividades mal definidas ou não declaradas” teve um crescimento particularmente expressivo no Sudeste (115%). Uma hipótese, que teria de ser comprovada por uma investigação específica, é

que esse crescimento estaria captando um maior envolvimento de crianças com atividades ilícitas, em particular o narcotráfico, que, como se sabe encontra-se mais difundido nas metrópoles do Sudeste.

registradas nos ramos industriais e no ramo “outras atividades”, enquanto que a principal variação positiva ocorreu no ramo “ transporte e comunicação”.

A evolução da incidência do trabalho infantil nos distintos ramos de atividade econômica no período 1999-2001 pode ser captada também através da comparação da distribuição setorial das crianças e adolescentes ocupadas nos dois momentos. Os resultados dessa comparação demonstram ter ocorrido uma redução dos percentuais de crianças e adolescentes ocupados na agricultura, uma relativa estabilização dos percentuais dos ocupados nos ramos industriais e uma elevação dos percentuais de ocupados no comércio e no setor de serviços.

## 2. 4. Síntese dos indicadores

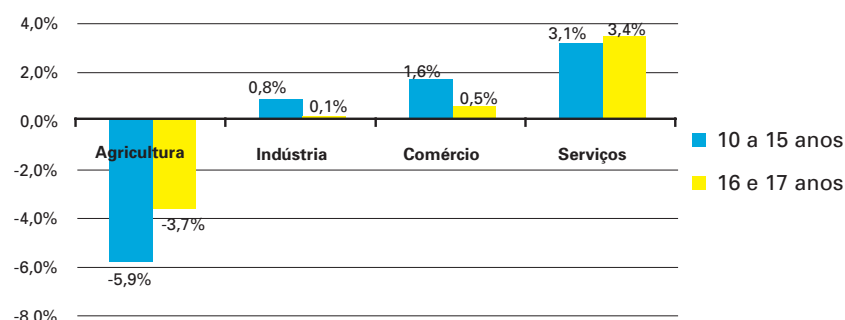
Como conclusão do presente capítulo, apresenta-se a seguir uma síntese das principais observações sobre a evolução do trabalho infantil no período de 1999 a 2001:

- a incidência de trabalho infantil no Brasil apresentou uma redução no período examinado. Essa redução expressou-se tanto no decréscimo do contingente de crianças e adolescentes ocupados e economicamente ativos, quanto na queda dos níveis de ocupação e atividade desses segmentos populacionais.

- a intensidade da redução foi mais elevada entre as crianças do que entre os adolescentes. A maior redução do índice ocupacional ocorreu na faixa etária de cinco a nove anos (24 por cento), seguida pela faixa de 10 a 15 anos (18 por cento) e pela faixa de 16 e 17 anos (8 por cento).
- de uma forma geral, a redução do trabalho infantil ocorreu com maior intensidade nas regiões menos desenvolvidas do país. Em números absolutos, as maiores diminuições no contingente de crianças e adolescentes trabalhadores ocorreram, em todas as faixas etárias, na região Nordeste. Em termos relativos, as reduções mais expressivas ocorreram no Centro-Oeste e no Norte urbano, no caso das crianças de cinco a 15 anos e no Nordeste, no caso dos adolescentes de 16 e 17 anos.
- a diminuição do trabalho infantil foi, em termos absolutos e proporcionais, amplamente superior na agricultura do que nos demais ramos de atividade econômico. Entre as atividades não agrícolas, as reduções mais expressivas ocorreram nos ramos industriais. Dessa forma, operou-se uma alteração na distribuição setorial do trabalho infantil, com uma redução do peso das atividades agrícolas e uma elevação da participação das atividades comerciais e de serviços.

### Gráfico 8

Variação da distribuição setorial das crianças e adolescentes trabalhadores por faixa etária (1999-2001)



## CAPÍTULO 3.

# CONDICIONANTES DA EVOLUÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NO PERÍODO

Neste capítulo, busca-se formular algumas hipóteses explicativas da evolução do trabalho infantil no período de 1999 a 2001 retratada no capítulo anterior. Para tanto, será examinado o desenvolvimento dos fatores condicionantes do trabalho infantil, de forma a identificar elementos que relacionem as alterações ocorridas nestes fatores com aquelas observadas no tocante à dimensão e às características do trabalho infantil.

### 3.1 Fatores relacionados à oferta de mão-de-obra infantil

Entre os fatores que condicionam a oferta do trabalho infantil, um primeiro aspecto a ser considerado relaciona-se com a variação da renda das famílias envolvidas com o trabalho infantil. A existência de uma forte relação entre as situações de trabalho infantil e de pobreza absoluta, leva a que tendencialmente a elevação da renda dos estratos mais pobres da população reflita-se numa redução do trabalho infantil.

Entretanto, no período examinado não se verificou uma melhoria da renda desses segmentos. De acordo com os dados da PNAD, os 50 por cento da população ocupada com menor nível de renda tiveram um acréscimo de renda de apenas 1,3 por cento entre 1999 e 2001. A evolução foi menos favorável no caso das classes de menor rendimento: os 10 por cento da população ocupada com menor rendimento tiveram uma queda de 3,4 por

cento na sua renda e os 20 por cento com menor rendimento um decréscimo de 0,7 por cento. Dessa forma, não seria possível (ao contrário do ocorrido no período 1994-1996) atribuir a redução do trabalho infantil a uma elevação da renda, que levasse uma parcela das famílias mais pobres a prescindir da utilização do trabalho infantil.

Um outro fator capaz de influenciar a oferta de mão-de-obra infantil relaciona-se com o nível de escolarização das crianças. Apesar de serem freqüentes os casos de crianças que estudam e trabalham, diversas experiências comprovam que o reforço do vínculo escolar pode atuar como elemento inibidor do ingresso precoce no mercado de trabalho.

Entre 1999 e 2001, ocorreu uma elevação da taxa de escolarização de crianças de sete a 14 anos de 95,7 por cento para 96,5 por cento. Contudo, deve-se considerar que esse crescimento reflete uma tendência de médio prazo, que vem se manifestando, em ritmo praticamente constante, desde o início dos anos 90. Dessa forma, esse fator não seria suficiente para explicar a aceleração no ritmo de redução do trabalho infantil verificada no período estudado.

Um terceiro aspecto a ser considerado refere-se aos efeitos das ações institucionais voltadas para a redução da oferta de mão-de-obra infantil. A mais abrangente dessas ações, o PETI, apresentou uma considerável expansão

**Quadro 3**  
**Número de Crianças Atendidas pelo PETI, por Grande Região e**  
**Unidade da Federação (1999-2001)**

Região / Unidade da Federação	Ano		Crescimento
	1999	2001	
Região Norte	3.602	62.215	58.613
Acre	-	10.038	10.038
Amazonas	-	6.368	6.368
Amapá	-	2.340	2.340
Pará	3.339	19.754	16.415
Rondônia	263	11.756	11.493
Roraima	-	7.339	7.339
Tocantins	-	4.620	4.620
Região Nordeste	130.940	460.304	329.364
Alagoas	3.937	23.194	19.257
Bahia	33.260	134.335	101.075
Ceará	-	9.465	9.465
Maranhão	4.817	58.747	53.930
Paraíba	3.000	18.511	15.511
Pernambuco	73.126	120.207	47.081
Piauí	-	18.498	18.498
Rio Grande do Norte	3.600	39.337	35.737
Sergipe	9.200	38.010	28.810
Região Sudeste	4.500	83.381	78.881
Espírito Santo	50	7.220	7.170
Minas Gerais	-	28.352	28.352
Rio de Janeiro	4.450	19.538	15.088
São Paulo	-	28.271	28.271
Região Centro-Oeste	5.472	103.077	97.605
Distrito Federal	-	2.172	2.172
Goiás	-	64.087	64.087
Mato Grosso do Sul	5.472	25.690	20.218
Mato Grosso	-	11.128	11.128
Região Sul	1.050	40.376	39.326
Paraná	-	27.963	27.963
Rio Grande do Sul	-	2.057	2.057
Santa Catarina	1.050	10.356	9.306
Total	145.564	749.353	603.789

Fonte: Secretaria de Estado da Assistência Social/Ministério da Previdência e Assistência Social.

entre 1999 e 2001, que refletiu-se tanto na ampliação da sua base geográfica (de 14 para 27 unidades da Federação), quanto no aumento de cerca de 400 por cento no número de crianças beneficiadas (de 146 mil para 749 mil).

Confrontando-se os dados do PETI com aqueles referentes à evolução do trabalho infantil, observa-se que o aumento no número de crianças atendidas pelo PETI no período 1999-2001 corresponde a 72 por cento da redução no número de crianças trabalhadoras (na faixa de cinco a 15 anos) ocorrida no período. Além da aproximação entre essas ordens de grandeza, existem outros fatores que apontam para a influência do PETI na redução do trabalho infantil. Os mais importantes deles são:

- a existência de uma relação, estatisticamente comprovável, entre a redução do número de crianças trabalhadoras e a elevação do número de crianças atendidas pelo PETI em cada unidade da Federação. O coeficiente de correlação<sup>17</sup> entre essas duas variáveis é 0,91, expressando um alto nível de correlação. Isto significa que, enquanto regra geral, a redução em números absolutos do trabalho infantil foi superior nos estados onde houve uma maior expansão do PETI<sup>18</sup>.
- a convergência entre o foco de atuação do PETI na área rural (aonde residem 62 por cento das crianças beneficiadas) e o nível de redução do trabalho infantil em atividades agrícolas, que, como visto superou amplamente o registrado nas atividades econômicas urbanas.

Além do PETI, a evolução do trabalho infantil

foi possivelmente influenciada por outras ações institucionais de combate ao trabalho infantil, desenvolvidas por governos e entidades da sociedade civil, bem como por iniciativas correlatas como os programas de bolsa-escola e renda mínima vinculada à educação.

O impacto dessas ações direcionadas, na sua grande maioria, à faixa etária de sete a 14 ou 15 anos, contribuiu para que a redução do trabalho infantil tenha apresentado uma intensidade maior entre crianças de cinco a 15 do que entre adolescentes de 16 e 17 anos. Por outro lado, o fato da tendência à redução do trabalho infantil ter transcendido o público-alvo dessas ações indica que, junto a elas, outros fatores, como os que serão examinados a seguir, concorreram para a sua efetivação.

### 3.2 Fatores relacionados à demanda pela mão-de-obra infantil

A demanda por mão-de-obra infantil relaciona-se, em primeiro plano, com o ritmo de crescimento da economia e suas consequências sobre o mercado de trabalho.

A partir de 1997, um novo ciclo recessivo na economia brasileira elevou os índices de desemprego a níveis recordes na história recente do país. Esta situação permaneceu no período de 1999 a 2001: a taxa de desocupação (ou de desemprego aberto) manteve-se em um patamar elevado, evoluindo de 9,6 por cento para 9,4 por cento.

As taxas de desemprego aberto de crianças e adolescentes foram superiores às registradas para o conjunto da PEA. Entre 1999 e 2001,

<sup>17</sup> O coeficiente de correlação expressa a relação entre duas variáveis. Os valores do coeficiente de correlação variam entre -1 (máxima correlação negativa), 0 (inexistência absoluta de correlação) e +1 ((máxima correlação positiva).

<sup>18</sup> Existem contudo exceções a esta regra, como os estados de Alagoas e Rio Grande de Norte, nos quais, em que pese a expansão do atendimento do PETI, ocorreu um crescimento do trabalho infantil. Tal fato sugere que, além da abrangência da cobertura, a qualidade da gestão local do PETI pode influenciar de forma significativa o impacto do programa.

essas taxas evoluíram de 13,2 por cento para 13,1 por cento (faixa etária de 10 a 15 anos) e de 22,8 por cento para 21,8 por cento (na faixa de 16 e 17 anos).

À primeira vista, o fato das taxas de desocupação de crianças e adolescentes não terem se elevado no período 1999-2001, significa que a redução do trabalho infantil verificada nesse período não poderia ser atribuída a uma maior dificuldade de absorção da mão-de-obra infantil pelo mercado. Deve-se considerar contudo que essas estatísticas, extraídas da PNAD, referem-se apenas às crianças e aos adolescentes economicamente ativos, ou seja, aqueles que encontravam-se trabalhando ou na busca ativa por trabalho quando da realização da pesquisa. A permanência por longo tempo de altas taxas de desemprego poderia estar destimulando uma parcela de crianças e adolescentes a buscar trabalho, gerando o efeito conhecido como

*desemprego oculto ou disfarçado.*

Outro fator relevante para a análise da demanda da mão-de-obra infantil relaciona-se com a estrutura setorial do mercado de trabalho. Na medida que o contingente de crianças e adolescentes trabalhadores encontra-se desigualmente distribuído entre os diversos setores da economia, o aumento ou decréscimo dos postos de trabalho em cada setor tem efeitos sobre o trabalho infantil, tanto no que diz respeito à sua distribuição setorial quanto à sua dimensão em termos absolutos.

Entre 1999 e 2001, o número de ocupados na agricultura sofreu uma retração de 12 por cento, enquanto que o número de ocupados em atividades não agrícolas elevou-se em 8 por cento. Em números absolutos, a redução do contingente de ocupados na agricultura foi de aproximadamente 2,2 milhões, fazendo com que a participação desse setor no mercado

#### Quadro 4

##### Número de Pessoas Ocupadas por Setor de Atividade Econômica

Setor	Ano		Variação	
	1999	2001	Absoluta	Relativa
Agricultura	17.715.057	15.534.227	-2.180.830	-12,3%
Indústria	14.133.569	15.065.919	932.350	6,6%
Comércio	9.852.487	10.784.750	932.263	9,5%
Serviços	30.267.172	32.732.138	2.464.966	8,1%

Fonte: IBGE (PNAD - 1999 e 2001).

de trabalho caísse de 24,2 por cento para 20,6 por cento. Esses resultados indicam uma aceleração da tendência histórica de redução da população ocupada no setor agrícola e encontram-se provavelmente associados a uma maior difusão de tecnologias poupadoras de mão-de-obra nesse setor.

Para a análise da evolução do trabalho infantil, esses dados assumem uma grande importância. Devido à sobre-representação do setor agrícola na distribuição setorial das crianças e dos adolescentes trabalhadores, a diminuição da população ocupada nesse setor contribuiu de forma decisiva para a redução do trabalho infantil. Dito de outra forma, isso significa que uma parcela possivelmente expressiva da redução do trabalho infantil verificada no período 1999-2001 resultou de mudanças na base produtiva da economia, que levaram à extinção de postos de trabalho ocupados por crianças e adolescentes.

## CAPÍTULO 4.

# CONCLUSÕES E INDICAÇÕES

Entre 1999 e 2001, ocorreu uma redução do trabalho infantil no Brasil. Essa redução expressou-se tanto no decréscimo do número de crianças e adolescentes ocupados e economicamente ativos, quanto na queda dos níveis de ocupação e atividade desses segmentos.

A redução foi mais intensa entre as crianças de cinco a 15 anos, do que entre os adolescentes de 16 e 17 anos. A proporção de crianças e adolescentes trabalhadores em relação ao total da respectiva faixa etária apresentou um declínio de 24 por cento na faixa de cinco a nove anos, 18 por cento na faixa de 10 a 15 anos e 8 por cento na faixa de 16 e 17 anos.

A análise desagregada por região e setor de atividade econômica indicou que a diminuição do trabalho infantil foi em geral mais expressiva nas regiões menos desenvolvidas do país (Nordeste, Centro-Oeste e Norte) e muito mais intensa na agricultura que nos demais setores.

Embora os dados disponíveis não permitam uma comparação rigorosa com a evolução do trabalho infantil em anos anteriores, parece claro ter havido, no período em questão, uma aceleração no ritmo de redução do trabalho infantil, especialmente no tocante à faixa etária que, de acordo com a legislação brasileira, não deveria estar envolvida em atividades laborais.

Além de fatores que tendem a influenciar a evolução do trabalho infantil em um horizonte de médio ou longo prazo, como a elevação progressiva da escolarização de crianças e adolescentes, a análise desenvolvida neste estudo identificou dois elementos que assumiram uma importância decisiva para a redução do trabalho infantil ocorrida no período.

O primeiro refere-se à expansão da cobertura das ações de erradicação do trabalho infantil (em particular do PETI) no período de 1999 a 2001. A influência desse fator foi comprovada pela existência de um alto índice de correlação entre a redução no número de crianças trabalhadoras e a ampliação do número de crianças atendidas pelo PETI em cada estado.

O segundo fator relaciona-se com a diminuição expressiva do número de postos de trabalho na agricultura entre 1999 e 2001 (2,2 milhões ou 12 por cento dos ocupados no setor). Os efeitos dessa redução foram possivelmente mais que proporcionais no caso das crianças trabalhadoras uma vez que o vínculo informal e via de regra temporário com o trabalho, as torna mais vulneráveis a processos de redução de mão-de-obra. Como, em 1999, cerca de 60 por cento das crianças trabalhadoras de cinco a 15 anos de idade encontravam-se ocupadas na agricultura, a drástica redução do mercado de trabalho nesse setor contribuiu decisivamente para a queda do índice ocupacional da população nessa faixa etária.

Em resumo, pode-se afirmar que a diminuição do trabalho infantil ocorrida entre 1999 e 2001 esteve ligada tanto à redução da oferta por mão-de-obra infantil, em função principalmente das ações institucionais de combate ao trabalho infantil, quanto à retração da demanda, em virtude das mudanças ocorridas na estrutura do mercado de trabalho.

Do ponto de vista das políticas de erradicação do trabalho infantil, os resultados deste estudo encerram diversos ensinamentos importantes.

- O primeiro liga-se ao fato, bastante positivo, de que pela primeira vez foi possível estabelecer uma relação entre o impacto das ações de erradicação do trabalho infantil e a redução da dimensão desse problema em escala nacional.

Como visto, isso deveu-se em boa parte, à expansão da cobertura do principal programa de combate ao trabalho infantil, o PETI, no período de 1999 a 2001. Mesmo com esse crescimento a taxa de cobertura<sup>19</sup> nacional do PETI situava-se no final de 2001 em um patamar ainda modesto (19,5 por cento), indicando a necessidade da continuidade da ampliação do Programa. Nesse sentido, causa preocupação a tendência de desaceleração da expansão do PETI observada em 2002, que pode ter impactado negativamente o ritmo de redução do trabalho infantil no último ano.

- O outro aspecto relevante vincula-se à focalização setorial e espacial das ações de erradicação do trabalho infantil. Tomando-se novamente o PETI, como principal iniciativa nessa área, observa-se não só que a maioria das crianças atendidas reside no meio rural, como também que o modelo de intervenção foi desenhado tendo em vista sua aplicação em áreas rurais e cidades de pequeno porte. À época do surgimento do PETI, isso justificava-se pelo fato de a grande maioria das crianças trabalhadoras estar envolvida em atividades agrícolas e residir em áreas rurais, ou em núcleos urbanos de municípios predominantemente rurais. No entanto, os dados examinados neste estudo apontam para uma tendência de redistribuição setorial da força de trabalho infantil, com uma participação menor da agricultura e um peso maior de atividades econômicas tipicamente urbanas, especialmente comércio e serviços. Em consequência, uma proporção cada vez maior de crianças trabalhadoras estará residindo em áreas urbanas.
- Frente a esta perspectiva, coloca-se a questão sobre a adequação do modelo de intervenção

do PETI ao contexto urbano, especialmente em cidades de médio e grande portes. Pode-se questionar por exemplo a eficácia da “jornada ampliada” como elemento inibidor do trabalho infantil em uma situação na qual o trabalho de crianças ocorre freqüentemente no período noturno.

- Outro ponto questionável refere-se ao valor atual das bolsas pagas pelo PETI, que corresponde, na maioria das cidades grandes, a uma pequena fração da remuneração mensal obtida pelas crianças trabalhadoras. Mais amplamente, deve-se considerar que a maior complexidade do tecido social e a melhor estruturação dos governos locais e da sociedade civil nos grandes centros urbanos demanda a revisão de modelos de gestão e de relacionamento interinstitucional, concebidos para serem aplicados em contextos sócio-espaciais mais homogêneos e menos dinâmicos.

Embora a natureza deste estudo não permita extrair conclusões definitivas acerca da aplicabilidade do modelo do PETI ao cenário urbano, os baixos índices de redução do trabalho infantil em atividades econômicas urbanas constituem um motivo suficiente para uma revisão crítica do atual modelo de intervenção.

Sintetizando o que foi dito acima, pode-se afirmar que os resultados deste estudo encerram um duplo significado: por um lado, eles reafirmam a importância e a eficácia, ainda que parcial, das ações de erradicação do trabalho infantil e, por outro, eles apontam para o surgimento de um novo cenário, no tocante à distribuição setorial e espacial do trabalho infantil, que irá demandar o desenvolvimento de novas estratégias e novos instrumentos de combate a esse problema social.

<sup>19</sup> A taxa de cobertura expressa a relação entre o número de beneficiários de um programa e a sua população-alvo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Carlos (coord.). *Erradicação do trabalho infantil: aplicação experimental e desenvolvimento de uma metodologia para monitoramento e avaliação de programas*. NAPP e Fundação Abrinq, Rio de Janeiro, 2002.

AMARAL, Carlos; SILVEIRA, Caio e CAMPINEIRO, Débora. *Trabalho Infantil: examinando o problema, avaliando as estratégias de erradicação*. NAPP e UNICEF, Rio de Janeiro, 2000.

GOUVEIA, A. J. *O trabalho infantil do menor: necessidade transfigurada em virtude*. São Paulo, 1993.

PNAD/IBGE – *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Microdados (1999 e 2001)*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro.

PNAD – *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Síntese dos Resultados (1995, 1996, 1997, 1998 e 1999)*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro.

PETI - *Programa de Erradicação do Trabalho Infantil: Manual de Orientações*. Secretaria de Estado de Assistência Social – SEAS / Ministério da Previdência e Assistência Social - MAPS, Brasília, 2002.

ROCHA, Sônia. *Pobreza e Desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real*. Instituto de Planejamento e Estudos Aplicados, Rio de Janeiro, 2000.

SABÓIA, João e SABÓIA, Ana. *Trabalho de Crianças e Adolescentes no Brasil nos Anos 90: uma análise desagregada por estado e microrregião*. Banco Mundial e UNICEF, Rio de Janeiro, 1999.

SABÓIA, João. "Trabalho infanto-juvenil no Brasil dos anos 90". *Caderno de Políticas Sociais* (Série Documentos para a Discussão No 3). Brasília, 1996.

SCHWARTZMAN, Simon - *Trabalho Infantil no Brasil*. Brasília, OIT. Brasília, 2001.



# ANEXO

Tabela 1 – Número de crianças por faixa etária, sexo, Grande Região e Unidade da Federação (1999)

Unidade da Federação	5 a 9 anos			10 a 15 anos			16 e 17 anos		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
<b>Brasil</b>	<b>8.051.641</b>	<b>7.726.475</b>	<b>15.778.116</b>	<b>10.511.085</b>	<b>10.372.941</b>	<b>20.884.026</b>	<b>3.637.017</b>	<b>3.503.810</b>	<b>7.140.827</b>
<b>Norte Urbano</b>	<b>501.444</b>	<b>483.633</b>	<b>985.077</b>	<b>619.827</b>	<b>622.046</b>	<b>1.241.873</b>	<b>211.330</b>	<b>203.529</b>	<b>414.859</b>
Acre	19.600	22.979	42.579	27.365	22.975	50.340	6.760	10.476	17.236
Amazonas	115.389	117.077	232.466	155.411	154.564	309.975	57.489	48.116	105.605
Amapá	27.855	25.655	53.510	35.919	28.215	64.134	11.359	10.996	22.355
Pará	203.682	193.799	397.481	243.443	248.595	492.038	81.418	84.007	165.425
Rondônia	46.259	44.779	91.038	51.809	63.284	115.093	22.942	19.614	42.556
Roraima	16.494	14.655	31.149	13.930	15.755	29.685	4.396	4.763	9.159
Tocantins	72.165	64.689	136.854	91.950	88.658	180.608	26.966	25.557	52.523
<b>Região Nordeste</b>	<b>2.580.680</b>	<b>2.533.854</b>	<b>5.114.534</b>	<b>3.518.544</b>	<b>3.445.899</b>	<b>6.964.443</b>	<b>1.148.881</b>	<b>1.115.070</b>	<b>2.263.951</b>
Alagoas	165.880	162.969	328.849	182.183	182.761	364.944	58.204	62.277	120.481
Bahia	684.782	648.578	1.333.360	970.268	981.565	1.951.833	332.854	310.476	643.330
Ceará	415.063	402.337	817.400	550.948	518.792	1.069.740	177.390	161.882	339.272
Maranhão	321.476	355.483	676.959	494.959	464.321	959.280	154.782	142.006	296.788
Paraíba	172.292	163.609	335.901	241.807	243.854	485.661	75.151	71.571	146.722
Pernambuco	418.307	395.279	813.586	547.249	546.097	1.093.346	175.509	181.055	356.564
Piauí	157.225	159.844	317.069	220.511	218.938	439.449	61.728	78.078	139.806
Rio Grande do Norte	146.356	149.410	295.766	189.705	173.891	363.596	64.762	65.777	130.539
Sergipe	99.299	96.345	195.644	120.914	115.680	236.594	48.501	41.948	90.449
<b>Região Sudeste</b>	<b>3.151.595</b>	<b>2.982.812</b>	<b>6.134.407</b>	<b>4.211.984</b>	<b>4.154.113</b>	<b>8.366.097</b>	<b>1.506.833</b>	<b>1.431.763</b>	<b>2.938.596</b>
Espirito Santo	149.176	146.039	295.215	206.429	189.098	395.527	68.811	59.356	128.167
Minas Gerais	860.144	807.493	1.667.637	1.119.360	1.111.728	2.231.088	397.952	357.770	755.722
Rio de Janeiro	579.894	552.876	1.132.770	726.783	722.232	1.449.015	260.675	260.109	520.784
São Paulo	1.562.381	1.476.404	3.038.785	2.159.412	2.131.055	4.290.467	779.395	754.528	1.533.923
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>598.040</b>	<b>552.677</b>	<b>1.150.717</b>	<b>720.819</b>	<b>695.600</b>	<b>1.416.419</b>	<b>247.275</b>	<b>246.032</b>	<b>493.307</b>
Distrito Federal	97.429	92.575	190.004	113.987	113.132	227.119	45.751	49.149	94.900
Goiás	253.239	231.397	484.636	310.995	293.855	604.850	101.090	102.424	203.514
Mato Grosso do Sul	106.136	110.060	216.196	126.350	136.425	262.775	44.287	39.730	84.017
Mato Grosso	141.236	118.645	259.881	169.487	152.188	321.675	56.147	54.729	110.876
<b>Região Sul</b>	<b>1.219.882</b>	<b>1.173.499</b>	<b>2.393.381</b>	<b>1.439.911</b>	<b>1.455.283</b>	<b>2.895.194</b>	<b>522.698</b>	<b>507.416</b>	<b>1.030.114</b>
Paraná	473.635	449.287	922.922	546.728	573.468	1.120.196	201.984	199.322	401.306
Rio Grande do Sul	486.101	476.743	962.844	556.975	536.574	1.093.549	189.733	203.078	392.811
Santa Catarina	260.146	247.469	507.615	336.208	345.241	681.449	130.981	105.016	235.997

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE) - PNAD/1999

Tabela 2 – Número de crianças por faixa etária, sexo e Unidade da Federação (2001)

Unidade da Federação	5 a 9 anos			10 a 15 anos			16 e 17 anos		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
<b>Brasil</b>	<b>8.166.720</b>	<b>7.980.054</b>	<b>16.146.774</b>	<b>10.197.755</b>	<b>9.958.173</b>	<b>20.155.928</b>	<b>3.410.616</b>	<b>3.401.792</b>	<b>6.812.408</b>
<b>Norte Urbano</b>	<b>553.320</b>	<b>523.729</b>	<b>1.077.049</b>	<b>635.737</b>	<b>660.527</b>	<b>1.296.264</b>	<b>222.430</b>	<b>227.439</b>	<b>449.869</b>
Acre	24.308	25.312	49.620	27.618	27.632	55.250	8.241	8.825	17.066
Amazonas	131.135	126.781	257.916	146.232	152.893	299.125	54.831	54.838	109.669
Amapá	14.627	9.997	24.624	15.365	16.089	31.454	4.879	6.823	11.702
Pará	249.481	236.307	485.788	285.186	307.149	592.335	97.145	102.949	200.094
Rondônia	52.924	47.827	100.751	64.796	62.957	127.753	19.204	21.460	40.664
Roraima	13.388	13.212	26.600	16.645	17.506	34.151	8.407	5.143	13.550
Tocantins	67.457	64.293	131.750	79.895	76.301	156.196	29.723	27.401	57.124
<b>Região Nordeste</b>	<b>2.667.502</b>	<b>2.601.304</b>	<b>5.268.806</b>	<b>3.297.472</b>	<b>3.273.995</b>	<b>6.571.467</b>	<b>1.114.943</b>	<b>1.057.400</b>	<b>2.172.343</b>
Alagoas	161.740	158.892	320.632	195.041	194.083	389.124	62.785	60.896	123.681
Bahia	738.121	685.045	1.423.166	877.616	880.848	1.758.464	308.535	280.660	589.195
Ceará	415.121	416.155	831.276	506.327	527.969	1.034.296	161.218	153.378	314.596
Maranhão	373.143	337.340	710.483	439.367	437.856	877.223	149.251	140.119	289.370
Paraíba	177.076	184.917	361.993	243.941	231.947	475.888	77.930	77.009	154.939
Pernambuco	404.795	434.875	839.670	528.291	502.870	1.031.161	195.554	171.858	367.412
Piauí	144.864	155.324	300.188	192.972	207.622	400.594	64.326	66.415	130.741
Rio Grande do Norte	141.551	135.173	276.724	190.038	169.965	360.003	62.690	64.653	127.343
Sergipe	111.091	93.583	204.674	123.879	120.835	244.714	32.654	42.412	75.066
<b>Região Sudeste</b>	<b>3.200.746</b>	<b>3.122.227</b>	<b>6.322.973</b>	<b>4.074.351</b>	<b>3.930.656</b>	<b>8.005.007</b>	<b>1.345.789</b>	<b>1.417.935</b>	<b>2.763.724</b>
Espírito Santo	155.894	162.654	318.548	188.419	192.464	380.883	53.314	62.358	115.672
Minas Gerais	841.544	850.020	1.691.564	1.048.742	1.023.587	2.072.329	338.439	367.501	705.940
Rio de Janeiro	602.302	601.171	1.203.473	728.924	697.248	1.426.172	236.747	253.549	490.296
São Paulo	1.601.006	1.508.382	3.109.388	2.108.266	2.017.357	4.125.623	717.289	734.527	1.451.816
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>593.506</b>	<b>592.634</b>	<b>1.186.140</b>	<b>718.221</b>	<b>706.893</b>	<b>1.425.114</b>	<b>239.928</b>	<b>236.946</b>	<b>476.874</b>
Distrito Federal	95.696	101.989	197.685	110.050	126.198	236.248	40.562	41.351	81.913
Goiás	252.194	245.801	497.995	316.126	301.038	617.164	102.802	105.688	208.490
Mato Grosso do Sul	106.315	107.616	213.931	128.675	133.148	261.823	41.191	38.317	79.508
Mato Grosso	139.301	137.228	276.529	163.370	146.509	309.879	55.373	51.590	106.963
<b>Região Sul</b>	<b>1.151.646</b>	<b>1.140.160</b>	<b>2.291.806</b>	<b>1.471.974</b>	<b>1.386.102</b>	<b>2.858.076</b>	<b>487.526</b>	<b>462.072</b>	<b>949.598</b>
Paraná	478.964	447.802	926.766	592.211	534.088	1.126.299	193.243	175.795	369.038
Rio Grande do Sul	437.878	438.760	876.638	553.209	559.090	1.112.299	184.289	180.272	364.561
Santa Catarina	234.804	253.598	488.402	326.554	292.924	619.478	109.994	106.005	215.999

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE) - PNAD/2001

Tabela 3 – Número de crianças ocupadas por faixa etária, sexo, Grande Região e Unidade da Federação (1999)

Unidade da Federação	5 a 9 anos			10 a 15 anos			16 e 17 anos		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
<b>Brasil</b>	<b>259.995</b>	<b>123.256</b>	<b>383.251</b>	<b>2.353.071</b>	<b>1.189.098</b>	<b>3.542.169</b>	<b>1.750.245</b>	<b>957.759</b>	<b>2.708.004</b>
<b>Norte Urbano</b>	<b>17.309</b>	<b>6.191</b>	<b>23.500</b>	<b>139.635</b>	<b>64.412</b>	<b>204.047</b>	<b>80.949</b>	<b>45.617</b>	<b>126.566</b>
Acre	1.352	0	1.352	4.056	1.351	5.407	1.690	1.690	3.380
Amazonas	1.277	426	1.703	19.162	7.239	26.401	12.351	9.368	21.719
Amapá	0	0	0	5.500	1.467	6.967	4.396	1.100	5.496
Pará	10.737	2.659	13.396	59.574	30.094	89.668	35.789	17.092	52.881
Rondônia	0	370	370	7.032	2.591	9.623	9.990	2.961	12.951
Roraima	0	0	0	1.831	732	2.563	1.100	1.467	2.567
Tocantins	3.943	2.736	6.679	42.480	20.938	63.418	15.633	11.939	27.572
<b>Região Nordeste</b>	<b>136.564</b>	<b>66.842</b>	<b>203.406</b>	<b>1.177.834</b>	<b>567.819</b>	<b>1.745.653</b>	<b>640.708</b>	<b>321.994</b>	<b>962.702</b>
Alagoas	6.402	5.238	11.640	32.594	19.788	52.382	22.117	11.060	33.177
Bahia	33.742	16.867	50.609	289.503	178.891	468.394	186.103	92.381	278.484
Ceará	21.466	8.610	30.076	202.214	75.297	277.511	101.818	50.986	152.804
Maranhão	14.458	8.505	22.963	240.675	113.955	354.630	109.712	53.573	163.285
Paraná	12.268	2.555	14.823	86.401	25.563	111.964	40.390	13.802	54.192
Pernambuco	22.591	15.024	37.615	164.712	79.653	244.365	84.783	47.106	131.889
Piauí	21.632	7.384	29.016	94.945	43.781	138.726	40.098	26.902	67.000
Rio Grande do Norte	2.040	1.020	3.060	30.086	15.809	45.895	31.107	12.747	43.854
Sergipe	1.965	1.639	3.604	36.704	15.082	51.786	24.580	13.437	38.017
<b>Região Sudeste</b>	<b>40.727</b>	<b>19.844</b>	<b>60.571</b>	<b>556.136</b>	<b>277.556</b>	<b>833.692</b>	<b>608.852</b>	<b>337.319</b>	<b>946.171</b>
Espírito Santo	3.150	1.576	4.726	52.520	19.436	71.956	33.099	17.858	50.957
Minas Gerais	27.109	13.245	40.354	267.639	131.003	398.642	210.718	120.613	331.331
Rio de Janeiro	997	1.578	2.575	44.883	14.380	59.263	67.315	30.167	97.482
São Paulo	9.471	3.445	12.916	191.094	112.737	303.831	297.720	168.681	466.401
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>11.711</b>	<b>3.593</b>	<b>15.304</b>	<b>150.679</b>	<b>75.237</b>	<b>225.916</b>	<b>125.480</b>	<b>68.959</b>	<b>194.439</b>
Distrito Federal	424	212	636	6.357	4.664	11.021	11.865	8.686	20.551
Goiás	3.360	1.344	4.704	58.107	29.551	87.658	52.060	28.882	80.942
Mato Grosso do Sul	2.277	978	3.255	28.660	20.190	48.850	23.767	13.030	36.797
Mato Grosso	5.650	1.059	6.709	57.555	20.832	78.387	37.788	18.361	56.149
<b>Região Sul</b>	<b>53.684</b>	<b>26.786</b>	<b>80.470</b>	<b>328.787</b>	<b>204.074</b>	<b>532.861</b>	<b>294.256</b>	<b>183.870</b>	<b>478.126</b>
Paraná	15.818	9.469	25.287	130.195	80.498	210.693	122.685	68.563	191.248
Rio Grande do Sul	21.566	10.072	31.638	124.354	74.687	199.041	93.706	69.444	163.150
Santa Catarina	16.300	7.245	23.545	74.238	48.889	123.127	77.865	45.863	123.728

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE) - PNAD/1999

**Tabela 4 – Número de crianças ocupadas por faixa etária, sexo, Grande Região e Unidade da Federação (2001)**

Unidade da Federação	5 a 9 anos			10 a 15 anos			16 e 17 anos		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
	<b>Brasil</b>	<b>213.282</b>	<b>83.423</b>	<b>296.705</b>	<b>1.862.288</b>	<b>934.870</b>	<b>2.797.158</b>	<b>1.494.260</b>	<b>894.006</b>
<b>Norte Urbano</b>	<b>10.953</b>	<b>2.536</b>	<b>13.489</b>	<b>94.804</b>	<b>47.828</b>	<b>142.632</b>	<b>83.863</b>	<b>42.157</b>	<b>126.020</b>
Acre	578	435	1.013	2.603	2.603	5.206	3.616	2.027	5.643
Amazonas	1.452	580	2.032	10.444	7.830	18.274	15.379	8.125	23.504
Amapá	0	0	0	1.218	487	1.705	976	730	1.706
Pará	7.032	928	7.960	47.324	25.524	72.848	36.049	17.654	53.703
Rondônia	204	0	204	6.336	2.858	9.194	7.153	4.292	11.445
Roraima	0	172	172	1.372	515	1.887	1.718	686	2.404
Tocantins	1.687	421	2.108	25.507	8.011	33.518	18.972	8.643	27.615
<b>Região Nordeste</b>	<b>137.738</b>	<b>51.850</b>	<b>189.588</b>	<b>910.213</b>	<b>433.127</b>	<b>1.343.340</b>	<b>539.196</b>	<b>259.897</b>	<b>799.093</b>
Alagoas	7.610	3.330	10.940	52.799	26.643	79.442	33.297	18.553	51.850
Bahia	35.777	13.162	48.939	234.755	127.068	361.823	148.300	57.947	206.247
Ceará	22.730	8.928	31.658	135.567	73.827	209.394	80.209	47.673	127.882
Maranhão	27.414	6.091	33.505	178.181	75.388	253.569	82.241	47.976	130.217
Paraíba	5.532	2.305	7.837	58.100	16.136	74.236	33.203	14.295	47.498
Pernambuco	23.374	13.515	36.889	130.836	63.096	193.932	91.173	39.011	130.184
Piauí	5.753	4.183	9.936	63.280	25.627	88.907	32.425	13.598	46.023
Rio Grande do Norte	6.856	0	6.856	33.801	13.228	47.029	22.526	11.756	34.282
Sergipe	2.692	336	3.028	22.894	12.114	35.008	15.822	9.088	24.910
<b>Região Sudeste</b>	<b>25.827</b>	<b>9.146</b>	<b>34.973</b>	<b>448.083</b>	<b>227.552</b>	<b>675.635</b>	<b>516.825</b>	<b>355.921</b>	<b>872.746</b>
Espírito Santo	2.260	1.356	3.616	38.409	22.593	61.002	27.560	16.266	43.826
Minas Gerais	14.502	5.245	19.747	206.646	89.586	296.232	164.012	98.737	262.749
Rio de Janeiro	3.092	831	3.923	40.105	18.555	58.660	52.972	32.742	85.714
São Paulo	5.973	1.714	7.687	162.923	96.818	259.741	272.281	208.176	480.457
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>6.254</b>	<b>4.579</b>	<b>10.833</b>	<b>125.080</b>	<b>50.669</b>	<b>175.749</b>	<b>110.724</b>	<b>66.043</b>	<b>176.767</b>
Distrito Federal	0	0	0	4.330	3.743	8.073	8.271	6.696	14.967
Goiás	2.569	1.287	3.856	58.794	22.486	81.280	52.042	34.051	86.093
Mato Grosso do Sul	1.277	1.916	3.193	21.714	8.620	30.334	19.798	10.854	30.652
Mato Grosso	2.408	1.376	3.784	40.242	15.820	56.062	30.613	14.442	45.055
<b>Região Sul</b>	<b>32.510</b>	<b>15.312</b>	<b>47.822</b>	<b>284.108</b>	<b>175.694</b>	<b>459.802</b>	<b>243.652</b>	<b>169.988</b>	<b>413.640</b>
Paraná	11.548	2.943	14.491	117.649	57.437	175.086	97.869	60.803	158.672
Rio Grande do Sul	16.403	8.381	24.784	117.449	66.394	183.843	91.639	65.870	157.509
Santa Catarina	4.559	3.988	8.547	49.010	51.863	100.873	54.144	43.315	97.459

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE) - PNAD/2001

Unidade da Federação	5 a 9 anos			10 a 15 anos			16 e 17 anos		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
	<b>Brasil</b>	<b>3,2%</b>	<b>1,6%</b>	<b>2,4%</b>	<b>22,4%</b>	<b>11,5%</b>	<b>17,0%</b>	<b>48,1%</b>	<b>27,3%</b>
<b>Norte Urbano</b>	<b>3,5%</b>	<b>1,3%</b>	<b>2,4%</b>	<b>22,5%</b>	<b>10,4%</b>	<b>16,4%</b>	<b>38,3%</b>	<b>22,4%</b>	<b>30,5%</b>
Acre	6,9%	0,0%	3,2%	14,8%	5,9%	10,7%	25,0%	16,1%	19,6%
Amazonas	1,1%	0,4%	0,7%	12,3%	4,7%	8,5%	21,5%	19,5%	20,6%
Amapá	0,0%	0,0%	0,0%	15,3%	5,2%	10,9%	38,7%	10,0%	24,6%
Pará	5,3%	1,4%	3,4%	24,5%	12,1%	18,2%	44,0%	20,3%	32,0%
Rondônia	0,0%	0,8%	0,4%	13,6%	4,1%	8,4%	43,5%	15,1%	30,4%
Roraima	0,0%	0,0%	0,0%	13,1%	4,6%	8,6%	25,0%	30,8%	28,0%
Tocantins	5,5%	4,2%	4,9%	46,2%	23,6%	35,1%	58,0%	46,7%	52,5%
<b>Região Nordeste</b>	<b>5,3%</b>	<b>2,6%</b>	<b>4,0%</b>	<b>33,5%</b>	<b>16,5%</b>	<b>25,1%</b>	<b>55,8%</b>	<b>28,9%</b>	<b>42,5%</b>
Alagoas	3,9%	3,2%	3,5%	17,9%	10,8%	14,4%	38,0%	17,8%	27,5%
Bahia	4,9%	2,6%	3,8%	29,8%	18,2%	24,0%	55,9%	29,8%	43,3%
Ceará	5,2%	2,1%	3,7%	36,7%	14,5%	25,9%	57,4%	31,5%	45,0%
Maranhão	4,5%	2,4%	3,4%	48,6%	24,5%	37,0%	70,9%	37,7%	55,0%
Paraíba	7,1%	1,6%	4,4%	35,7%	10,5%	23,1%	53,7%	19,3%	36,9%
Pernambuco	5,4%	3,8%	4,6%	30,1%	14,6%	22,4%	48,3%	26,0%	37,0%
Piauí	13,8%	4,6%	9,2%	43,1%	20,0%	31,6%	65,0%	34,5%	47,9%
Rio Grande do Norte	1,4%	0,7%	1,0%	15,9%	9,1%	12,6%	48,0%	19,4%	33,6%
Sergipe	2,0%	1,7%	1,8%	30,4%	13,0%	21,9%	50,7%	32,0%	42,0%
<b>Região Sudeste</b>	<b>1,3%</b>	<b>0,7%</b>	<b>1,0%</b>	<b>13,2%</b>	<b>6,7%</b>	<b>10,0%</b>	<b>40,4%</b>	<b>23,6%</b>	<b>32,2%</b>
Espírito Santo	2,1%	1,1%	1,6%	25,4%	10,3%	18,2%	48,1%	30,1%	39,8%
Minas Gerais	3,2%	1,6%	2,4%	23,9%	11,8%	17,9%	53,0%	33,7%	43,8%
Rio de Janeiro	0,2%	0,3%	0,2%	6,2%	2,0%	4,1%	25,8%	11,6%	18,7%
São Paulo	0,6%	0,2%	0,4%	8,8%	5,3%	7,1%	38,2%	22,4%	30,4%
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>2,0%</b>	<b>0,7%</b>	<b>1,3%</b>	<b>20,9%</b>	<b>10,8%</b>	<b>15,9%</b>	<b>50,7%</b>	<b>28,0%</b>	<b>39,4%</b>
Distrito Federal	0,4%	0,2%	0,3%	5,6%	4,1%	4,9%	25,9%	17,7%	21,7%
Goiás	1,3%	0,6%	1,0%	18,7%	10,1%	14,5%	51,5%	28,2%	39,8%
Mato Grosso do Sul	2,1%	0,9%	1,5%	22,7%	14,8%	18,6%	53,7%	32,8%	43,8%
Mato Grosso	4,0%	0,9%	2,6%	34,0%	13,7%	24,4%	67,3%	33,5%	50,6%
<b>Região Sul</b>	<b>4,4%</b>	<b>2,3%</b>	<b>3,4%</b>	<b>22,8%</b>	<b>14,0%</b>	<b>18,4%</b>	<b>56,3%</b>	<b>36,2%</b>	<b>46,4%</b>
Paraná	3,3%	2,1%	2,7%	23,8%	14,0%	18,8%	60,7%	34,4%	47,7%
Rio Grande do Sul	4,4%	2,1%	3,3%	22,3%	13,9%	18,2%	49,4%	34,2%	41,5%
Santa Catarina	6,3%	2,9%	4,6%	22,1%	14,2%	18,1%	59,4%	43,7%	52,4%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE) - PNAD/1999

**Tabela 6 - Índice ocupacional por faixa etária, sexo, Grande Região e Unidade da Federação (2001)**

Unidade da Federação	5 a 9 anos			10 a 15 anos			16 e 17 anos		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
	<b>Brasil</b>	<b>2,6%</b>	<b>1,0%</b>	<b>1,8%</b>	<b>18,3%</b>	<b>9,4%</b>	<b>13,9%</b>	<b>43,8%</b>	<b>26,3%</b>
<b>Norte Urbano</b>	<b>2,0%</b>	<b>0,5%</b>	<b>1,3%</b>	<b>14,9%</b>	<b>7,2%</b>	<b>11,0%</b>	<b>37,7%</b>	<b>18,5%</b>	<b>28,0%</b>
Acre	2,4%	1,7%	2,0%	9,4%	9,4%	9,4%	43,9%	23,0%	33,1%
Amazonas	1,1%	0,5%	0,8%	7,1%	5,1%	6,1%	28,0%	14,8%	21,4%
Amapá	0,0%	0,0%	0,0%	7,9%	3,0%	5,4%	20,0%	10,7%	14,6%
Pará	2,8%	0,4%	1,6%	16,6%	8,3%	12,3%	37,1%	17,1%	26,8%
Rondônia	0,4%	0,0%	0,2%	9,8%	4,5%	7,2%	37,2%	20,0%	28,1%
Roraima	0,0%	1,3%	0,6%	8,2%	2,9%	5,5%	20,4%	13,3%	17,7%
Tocantins	2,5%	0,7%	1,6%	31,9%	10,5%	21,5%	63,8%	31,5%	48,3%
<b>Região Nordeste</b>	<b>5,2%</b>	<b>2,0%</b>	<b>3,6%</b>	<b>27,6%</b>	<b>13,2%</b>	<b>20,4%</b>	<b>48,4%</b>	<b>24,6%</b>	<b>36,8%</b>
Alagoas	4,7%	2,1%	3,4%	27,1%	13,7%	20,4%	53,0%	30,5%	41,9%
Bahia	4,8%	1,9%	3,4%	26,7%	14,4%	20,6%	48,1%	20,6%	35,0%
Ceará	5,5%	2,1%	3,8%	26,8%	14,0%	20,2%	49,8%	31,1%	40,6%
Maranhão	7,3%	1,8%	4,7%	40,6%	17,2%	28,9%	55,1%	34,2%	45,0%
Paraíba	3,1%	1,2%	2,2%	23,8%	7,0%	15,6%	42,6%	18,6%	30,7%
Pernambuco	5,8%	3,1%	4,4%	24,8%	12,5%	18,8%	46,6%	22,7%	35,4%
Piauí	4,0%	2,7%	3,3%	32,8%	12,3%	22,2%	50,4%	20,5%	35,2%
Rio Grande do Norte	4,8%	0,0%	2,5%	17,8%	7,8%	13,1%	35,9%	18,2%	26,9%
Sergipe	2,4%	0,4%	1,5%	18,5%	10,0%	14,3%	48,5%	21,4%	33,2%
<b>Região Sudeste</b>	<b>0,8%</b>	<b>0,3%</b>	<b>0,6%</b>	<b>11,0%</b>	<b>5,8%</b>	<b>8,4%</b>	<b>38,4%</b>	<b>25,1%</b>	<b>31,6%</b>
Espírito Santo	1,4%	0,8%	1,1%	20,4%	11,7%	16,0%	51,7%	26,1%	37,9%
Minas Gerais	1,7%	0,6%	1,2%	19,7%	8,8%	14,3%	48,5%	26,9%	37,2%
Rio de Janeiro	0,5%	0,1%	0,3%	5,5%	2,7%	4,1%	22,4%	12,9%	17,5%
São Paulo	0,4%	0,1%	0,2%	7,7%	4,8%	6,3%	38,0%	28,3%	33,1%
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>1,1%</b>	<b>0,8%</b>	<b>0,9%</b>	<b>17,4%</b>	<b>7,2%</b>	<b>12,3%</b>	<b>46,1%</b>	<b>27,9%</b>	<b>37,1%</b>
Distrito Federal	0,0%	0,0%	0,0%	3,9%	3,0%	3,4%	20,4%	16,2%	18,3%
Goiás	1,0%	0,5%	0,8%	18,6%	7,5%	13,2%	50,6%	32,2%	41,3%
Mato Grosso do Sul	1,2%	1,8%	1,5%	16,9%	6,5%	11,6%	48,1%	28,3%	38,6%
Mato Grosso	1,7%	1,0%	1,4%	24,6%	10,8%	18,1%	55,3%	28,0%	42,1%
<b>Região Sul</b>	<b>2,8%</b>	<b>1,3%</b>	<b>2,1%</b>	<b>19,3%</b>	<b>12,7%</b>	<b>16,1%</b>	<b>50,0%</b>	<b>36,8%</b>	<b>43,6%</b>
Paraná	2,4%	0,7%	1,6%	19,9%	10,8%	15,5%	50,6%	34,6%	43,0%
Rio Grande do Sul	3,7%	1,9%	2,8%	21,2%	11,9%	16,5%	49,7%	36,5%	43,2%
Santa Catarina	1,9%	1,6%	1,7%	15,0%	17,7%	16,3%	49,2%	40,9%	45,1%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE) - PNAD/2001

**Tabela 7 - Variação absoluta do número de crianças ocupadas por faixa etária, sexo, Grande Região e Unidade da Federação (2001-1999)**

Unidade da Federação	5 a 9 anos			10 a 15 anos			16 e 17 anos		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
<b>Brasil</b>	<b>-46.713</b>	<b>-39.833</b>	<b>-86.546</b>	<b>-490.783</b>	<b>-254.228</b>	<b>-745.011</b>	<b>-255.985</b>	<b>-63.753</b>	<b>-319.738</b>
<b>Norte Urbano</b>	<b>-6.356</b>	<b>-3.655</b>	<b>-10.011</b>	<b>-44.831</b>	<b>-16.584</b>	<b>-61.415</b>	<b>2.914</b>	<b>-3.460</b>	<b>-546</b>
Acre	-774	435	-339	-1.453	1.252	-201	1.926	337	2.263
Amazonas	175	154	329	-8.718	591	-8.127	3.028	-1.243	1.785
Amapá	0	0	0	-4.282	-980	-5.262	-3.420	-370	-3.790
Pará	-3.705	-1.731	-5.436	-12.250	-4.570	-16.820	260	562	822
Rondônia	204	-370	-166	-696	267	-429	-2.837	1.331	-1.506
Roraima	0	172	172	-459	-217	-676	618	-781	-163
Tocantins	-2.256	-2.315	-4.571	-16.973	-12.927	-29.900	3.339	-3.296	43
<b>Região Nordeste</b>	<b>1.174</b>	<b>-14.992</b>	<b>-13.818</b>	<b>-267.621</b>	<b>-134.692</b>	<b>-402.313</b>	<b>-101.512</b>	<b>-62.097</b>	<b>-163.609</b>
Alagoas	1.208	-1.908	-700	20.205	6.855	27.060	11.180	7.493	18.673
Bahia	2.035	-3.705	-1.670	-54.748	-51.823	-106.571	-37.803	-34.434	-72.237
Ceará	1.264	318	1.582	-66.647	-1.470	-68.117	-21.609	-3.313	-24.922
Maranhão	12.956	-2.414	10.542	-62.494	-38.567	-101.061	-27.471	-5.597	-33.068
Paraíba	-6.736	-250	-6.986	-28.301	-9.427	-37.728	-7.187	493	-6.694
Pernambuco	783	-1.509	-726	-33.876	-16.557	-50.433	6.390	-8.095	-1.705
Piauí	-15.879	-3.201	-19.080	-31.665	-18.154	-49.819	-7.673	-13.304	-20.977
Rio Grande do Norte	4.816	-1.020	3.796	3.715	-2.581	1.134	-8.581	-991	-9.572
Sergipe	727	-1.303	-576	-13.810	-2.968	-16.778	-8.758	-4.349	-13.107
<b>Região Sudeste</b>	<b>-14.900</b>	<b>-10.698</b>	<b>-25.598</b>	<b>-108.053</b>	<b>-50.004</b>	<b>-158.057</b>	<b>-92.027</b>	<b>18.602</b>	<b>-73.425</b>
Espírito Santo	-890	-220	-1.110	-14.111	3.157	-10.954	-5.539	-1.592	-7.131
Minas Gerais	-12.607	-8.000	-20.607	-60.993	-41.417	-102.410	-46.706	-21.876	-68.582
Rio de Janeiro	2.095	-747	1.348	-4.778	4.175	-603	-14.343	2.575	-11.768
São Paulo	-3.498	-1.731	-5.229	-28.171	-15.919	-44.090	-25.439	39.495	14.056
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>-5.457</b>	<b>986</b>	<b>-4.471</b>	<b>-25.599</b>	<b>-24.568</b>	<b>-50.167</b>	<b>-14.756</b>	<b>-2.916</b>	<b>-17.672</b>
Distrito Federal	424	-212	212	-2.027	-921	-2.948	-3.594	-1.990	-5.584
Goiás	-791	-57	-848	687	-7.065	-6.378	-18	5.169	5.151
Mato Grosso do Sul	-1.000	938	-62	-6.946	-11.570	-18.516	-3.969	-2.176	-6.145
Mato Grosso	-3.242	317	-2.925	-17.313	-5.012	-22.325	-7.175	-3.919	-11.094
<b>Região Sul</b>	<b>-21.174</b>	<b>-11.474</b>	<b>-32.648</b>	<b>-44.679</b>	<b>-28.380</b>	<b>-73.059</b>	<b>-50.604</b>	<b>-13.882</b>	<b>-64.486</b>
Paraná	-4.270	-6.526	-10.796	-12.546	-23.061	-35.607	-24.816	-7.760	-32.576
Rio Grande do Sul	-5.163	-1.691	-6.854	-6.905	-8.293	-15.198	-2.067	-3.574	-5.641
Santa Catarina	-11.741	-3.257	-14.998	-25.228	2.974	-22.254	-23.721	-2.548	-26.269

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE) – PNAD (1999 e 2001)

**Tabela 8 - Variação relativa do número de crianças ocupadas, por faixa etária, sexo, Grande Região e Unidade da Federação (2001-1999)**

Unidade da Federação	5 a 9 anos			10 a 15 anos			16 e 17 anos		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
<b>Brasil</b>	<b>-18,0%</b>	<b>-32,3%</b>	<b>-22,6%</b>	<b>-20,9%</b>	<b>-21,4%</b>	<b>-21,0%</b>	<b>-14,6%</b>	<b>-6,7%</b>	<b>-11,8%</b>
<b>Norte Urbano</b>	<b>-36,7%</b>	<b>-59,0%</b>	<b>-42,6%</b>	<b>-32,1%</b>	<b>-25,7%</b>	<b>-30,1%</b>	<b>3,6%</b>	<b>-7,6%</b>	<b>-0,4%</b>
Acre	-57,2%	-	-25,1%	-35,8%	92,7%	-3,7%	114,0%	19,9%	67,0%
Amazonas	13,7%	36,2%	19,3%	-45,5%	8,2%	-30,8%	24,5%	-13,3%	8,2%
Amapá	-	-	-	-77,9%	-66,8%	-75,5%	-77,8%	-33,6%	-69,0%
Pará	-34,5%	-65,1%	-40,6%	-20,6%	-15,2%	-18,8%	0,7%	3,3%	1,6%
Rondônia	-	-100,0%	-44,9%	-9,9%	10,3%	-4,5%	-28,4%	45,0%	-11,6%
Roraima	-	-	-	-25,1%	-29,6%	-26,4%	56,2%	-53,2%	-6,3%
Tocantins	-57,2%	-84,6%	-68,4%	-40,0%	-61,7%	-47,1%	21,4%	-27,6%	0,2%
<b>Região Nordeste</b>	<b>0,9%</b>	<b>-22,4%</b>	<b>-6,8%</b>	<b>-22,7%</b>	<b>-23,7%</b>	<b>-23,0%</b>	<b>-15,8%</b>	<b>-19,3%</b>	<b>-17,0%</b>
Alagoas	18,9%	-36,4%	-6,0%	62,0%	34,6%	51,7%	50,5%	67,7%	56,3%
Bahia	6,0%	-22,0%	-3,3%	-18,9%	-29,0%	-22,8%	-20,3%	-37,3%	-25,9%
Ceará	5,9%	3,7%	5,3%	-33,0%	-2,0%	-24,5%	-21,2%	-6,5%	-16,3%
Maranhão	89,6%	-28,4%	45,9%	-26,0%	-33,8%	-28,5%	-25,0%	-10,4%	-20,3%
Paraíba	-54,9%	-9,8%	-47,1%	-32,8%	-36,9%	-33,7%	-17,8%	3,6%	-12,4%
Pernambuco	3,5%	-10,0%	-1,9%	-20,6%	-20,8%	-20,6%	7,5%	-17,2%	-1,3%
Piauí	-73,4%	-43,4%	-65,8%	-33,4%	-41,5%	-35,9%	-19,1%	-49,5%	-31,3%
Rio Grande do Norte	236,1%	-100,0%	124,1%	12,3%	-16,3%	2,5%	-27,6%	-7,8%	-21,8%
Sergipe	37,0%	-79,5%	-16,0%	-37,6%	-19,7%	-32,4%	-35,6%	-32,4%	-34,5%
<b>Região Sudeste</b>	<b>-36,6%</b>	<b>-53,9%</b>	<b>-42,3%</b>	<b>-19,4%</b>	<b>-18,0%</b>	<b>-19,0%</b>	<b>-15,1%</b>	<b>5,5%</b>	<b>-7,8%</b>
Espírito Santo	-28,3%	-14,0%	-23,5%	-26,9%	16,2%	-15,2%	-16,7%	-8,9%	-14,0%
Minas Gerais	-46,5%	-60,4%	-51,1%	-22,8%	-31,6%	-25,7%	-22,2%	-18,1%	-20,7%
Rio de Janeiro	210,1%	-47,3%	52,3%	-10,6%	29,0%	-1,0%	-21,3%	8,5%	-12,1%
São Paulo	-36,9%	-50,2%	-40,5%	-14,7%	-14,1%	-14,5%	-8,5%	23,4%	3,0%
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>-46,6%</b>	<b>27,4%</b>	<b>-29,2%</b>	<b>-17,0%</b>	<b>-32,7%</b>	<b>-22,2%</b>	<b>-11,8%</b>	<b>-4,2%</b>	<b>-9,1%</b>
Distrito Federal	-100,0%	-100,0%	-100,0%	-31,9%	-19,7%	-26,7%	-30,3%	-22,9%	-27,2%
Goiás	-23,5%	-4,2%	-18,0%	1,2%	-23,9%	-7,3%	0,0%	17,9%	6,4%
Mato Grosso do Sul	-43,9%	95,9%	-1,9%	-24,2%	-57,3%	-37,9%	-16,7%	-16,7%	-16,7%
Mato Grosso	-57,4%	29,9%	-43,6%	-30,1%	-24,1%	-28,5%	-19,0%	-21,3%	-19,8%
<b>Região Sul</b>	<b>-39,4%</b>	<b>-42,8%</b>	<b>-40,6%</b>	<b>-13,6%</b>	<b>-13,9%</b>	<b>-13,7%</b>	<b>-17,2%</b>	<b>-7,5%</b>	<b>-13,5%</b>
Paraná	-27,0%	-68,9%	-42,7%	-9,6%	-28,6%	-16,9%	-20,2%	-11,3%	-17,0%
Rio Grande do Sul	-23,9%	-16,8%	-21,7%	-5,6%	-11,1%	-7,6%	-2,2%	-5,1%	-3,5%
Santa Catarina	-72,0%	-45,0%	-63,7%	-34,0%	6,1%	-18,1%	-30,5%	-5,6%	-21,2%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE) - PNAD (1999 e 2001)

**Tabela 9 - Variação relativa ajustada do número de crianças ocupadas por faixa etária, sexo, Grande Região e Unidade da Federação (2001-1999)**

Unidade da Federação	5 a 9 anos			10 a 15 anos			16 e 17 anos		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
	<b>Brasil</b>	<b>-19,1%</b>	<b>-34,5%</b>	<b>-24,3%</b>	<b>-18,4%</b>	<b>-18,1%</b>	<b>-18,2%</b>	<b>-9,0%</b>	<b>-3,9%</b>
<b>Norte Urbano</b>	<b>-42,7%</b>	<b>-62,2%</b>	<b>-47,5%</b>	<b>-33,8%</b>	<b>-30,1%</b>	<b>-33,0%</b>	<b>-1,6%</b>	<b>-17,3%</b>	<b>-8,2%</b>
Acre	-65,5%	-	-35,7%	-36,4%	60,2%	-12,3%	75,5%	42,4%	68,6%
Amazonas	0,1%	25,7%	7,5%	-42,1%	9,3%	-28,3%	30,6%	-23,9%	4,2%
Amapá	-	-	-	-48,2%	-41,8%	-50,1%	-48,3%	7,0%	-40,7%
Pará	-46,5%	-71,4%	-51,4%	-32,2%	-31,4%	-32,5%	-15,6%	-15,7%	-16,0%
Rondônia	-	-100,0%	-50,2%	-28,0%	10,9%	-13,9%	-14,5%	32,5%	-7,5%
Roraima	-	-	-	-37,3%	-36,7%	-36,0%	-18,3%	-56,7%	-36,7%
Tocantins	-54,2%	-84,5%	-67,2%	-30,9%	-55,5%	-38,9%	10,1%	-32,5%	-7,9%
<b>Região Nordeste</b>	<b>-2,4%</b>	<b>-24,4%</b>	<b>-9,5%</b>	<b>-17,5%</b>	<b>-19,7%</b>	<b>-18,4%</b>	<b>-13,3%</b>	<b>-14,9%</b>	<b>-13,5%</b>
Alagoas	21,9%	-34,8%	-3,6%	51,3%	26,8%	42,2%	39,6%	71,6%	52,2%
Bahia	-1,6%	-26,1%	-9,4%	-10,4%	-20,8%	-14,3%	-14,0%	-30,6%	-19,1%
Ceará	5,9%	0,3%	3,5%	-27,1%	-3,7%	-22,0%	-13,3%	-1,3%	-9,7%
Maranhão	63,4%	-24,5%	39,0%	-16,6%	-29,8%	-21,8%	-22,3%	-9,2%	-18,2%
Paraíba	-56,1%	-20,2%	-50,9%	-33,3%	-33,6%	-32,3%	-20,7%	-3,7%	-17,0%
Pernambuco	6,9%	-18,2%	-5,0%	-17,7%	-14,0%	-15,9%	-3,5%	-12,8%	-4,2%
Piauí	-71,1%	-41,7%	-63,8%	-23,8%	-38,3%	-29,7%	-22,4%	-40,6%	-26,5%
Rio Grande do Norte	247,5%	-100,0%	139,5%	12,2%	-14,4%	3,5%	-25,2%	-6,2%	-19,9%
Sergipe	22,5%	-78,9%	-19,7%	-39,1%	-23,1%	-34,6%	-4,4%	-33,1%	-21,0%
<b>Região Sudeste</b>	<b>-37,6%</b>	<b>-56,0%</b>	<b>-44,0%</b>	<b>-16,7%</b>	<b>-13,4%</b>	<b>-15,3%</b>	<b>-5,0%</b>	<b>6,5%</b>	<b>-1,9%</b>
Espírito Santo	-31,3%	-22,7%	-29,1%	-19,9%	14,2%	-12,0%	7,5%	-13,3%	-4,7%
Minas Gerais	-45,3%	-62,4%	-51,8%	-17,6%	-25,7%	-20,0%	-8,5%	-20,3%	-15,1%
Rio de Janeiro	198,6%	-51,6%	43,4%	-10,9%	33,7%	0,6%	-13,4%	11,3%	-6,6%
São Paulo	-38,5%	-51,3%	-41,8%	-12,7%	-9,3%	-11,1%	-0,6%	26,8%	8,8%
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>-46,2%</b>	<b>18,8%</b>	<b>-31,3%</b>	<b>-16,7%</b>	<b>-33,7%</b>	<b>-22,7%</b>	<b>-9,1%</b>	<b>-0,6%</b>	<b>-6,0%</b>
Distrito Federal	-100,0%	-100,0%	-100,0%	-29,4%	-28,1%	-29,6%	-21,4%	-8,4%	-15,6%
Goiás	-23,2%	-9,9%	-20,2%	-0,5%	-25,7%	-9,1%	-1,7%	14,3%	3,8%
Mato Grosso do Sul	-44,0%	100,4%	-0,9%	-25,6%	-56,3%	-37,7%	-10,4%	-13,6%	-12,0%
Mato Grosso	-56,8%	12,3%	-47,0%	-27,5%	-21,1%	-25,8%	-17,9%	-16,6%	-16,8%
<b>Região Sul</b>	<b>-35,9%</b>	<b>-41,2%</b>	<b>-37,9%</b>	<b>-15,5%</b>	<b>-9,6%</b>	<b>-12,6%</b>	<b>-11,2%</b>	<b>1,5%</b>	<b>-6,2%</b>
Paraná	-27,8%	-68,8%	-42,9%	-16,6%	-23,4%	-17,4%	-16,6%	0,6%	-9,8%
Rio Grande do Sul	-15,6%	-9,6%	-14,0%	-4,9%	-14,7%	-9,2%	0,7%	6,9%	4,0%
Santa Catarina	-69,0%	-46,3%	-62,3%	-32,0%	25,0%	-9,9%	-17,2%	-6,4%	-13,9%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE) - PNAD (1999 e 2001)

**Tabela 10 - Número de crianças economicamente ativas por faixa etária, sexo, Grande Região e Unidade da Federação (1999)**

Unidade da Federação	10 a 15 anos			16 e 17 anos		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
	<b>Brasil</b>	<b>2.658.922</b>	<b>1.434.062</b>	<b>4.092.984</b>	<b>2.175.787</b>	<b>1.341.275</b>
<b>Norte Urbano</b>	<b>155.986</b>	<b>75.810</b>	<b>231.796</b>	<b>102.293</b>	<b>64.903</b>	<b>167.196</b>
Acre	5.069	2.027	7.096	2.366	2.365	4.731
Amazonas	22.992	11.923	34.915	19.591	16.182	35.773
Amapá	6.233	1.467	7.700	4.762	2.201	6.963
Pará	64.594	34.637	99.231	42.888	25.185	68.073
Rondônia	10.362	3.331	13.693	13.321	4.442	17.763
Roraima	1.831	732	2.563	1.466	1.833	3.299
Tocantins	44.905	21.693	66.598	17.899	12.695	30.594
<b>Região Nordeste</b>	<b>1.239.949</b>	<b>624.551</b>	<b>1.864.500</b>	<b>727.469</b>	<b>401.247</b>	<b>1.128.716</b>
Alagoas	36.087	22.698	58.785	29.102	15.134	44.236
Bahia	312.378	201.345	513.723	218.029	122.688	340.717
Ceará	209.893	82.114	292.007	113.133	59.495	172.628
Maranhão	246.628	116.506	363.134	115.666	56.123	171.789
Paraíba	89.467	28.632	118.099	43.459	18.914	62.373
Pernambuco	177.610	89.428	267.038	103.340	64.140	167.480
Piauí	97.054	45.363	142.417	42.208	30.595	72.803
Rio Grande do Norte	33.145	21.416	54.561	34.677	15.807	50.484
Sergipe	37.687	17.049	54.736	27.855	18.351	46.206
<b>Região Sudeste</b>	<b>700.924</b>	<b>389.348</b>	<b>1.090.272</b>	<b>826.889</b>	<b>530.949</b>	<b>1.357.838</b>
Espírito Santo	56.721	22.062	78.783	43.601	20.484	64.085
Minas Gerais	305.146	160.033	465.179	261.966	162.948	424.914
Rio de Janeiro	65.410	27.424	92.834	98.057	49.868	147.925
São Paulo	273.647	179.829	453.476	423.265	297.649	720.914
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>181.574</b>	<b>98.956</b>	<b>280.530</b>	<b>156.544</b>	<b>100.852</b>	<b>257.396</b>
Distrito Federal	8.053	6.784	14.837	17.368	15.465	32.833
Goiás	73.895	40.968	114.863	64.482	41.641	106.123
Mato Grosso do Sul	37.128	25.073	62.201	31.257	17.264	48.521
Mato Grosso	62.498	26.131	88.629	43.437	26.482	69.919
<b>Região Sul</b>	<b>380.489</b>	<b>245.397</b>	<b>625.886</b>	<b>362.592</b>	<b>243.324</b>	<b>605.916</b>
Paraná	154.963	96.211	251.174	152.268	93.603	245.871
Rio Grande do Sul	139.817	91.851	231.668	115.556	91.787	207.343
Santa Catarina	85.709	57.335	143.044	94.768	57.934	152.702

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE) - PNAD/1999

**Tabela 11 - Número de crianças economicamente ativas por faixa etária, sexo, Grande Região e Unidade da Federação (2001)**

Unidade da Federação	10 a 15 anos			16 e 17 anos		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
<b>Brasil</b>	<b>2.100.095</b>	<b>1.125.340</b>	<b>3.225.435</b>	<b>1.842.070</b>	<b>1.216.660</b>	<b>3.058.730</b>
<b>Norte Urbano</b>	<b>106.972</b>	<b>57.084</b>	<b>164.056</b>	<b>102.528</b>	<b>60.516</b>	<b>163.044</b>
Acre	3.037	3.181	6.218	4.050	2.750	6.800
Amazonas	12.766	11.311	24.077	20.020	11.316	31.336
Amapá	1.706	487	2.193	1.220	974	2.194
Pará	51.273	28.464	79.737	44.947	26.090	71.037
Rondônia	7.765	3.470	11.235	9.399	6.130	15.529
Roraima	1.544	687	2.231	2.233	1.029	3.262
Tocantins	28.881	9.484	38.365	20.659	12.227	32.886
<b>Região Nordeste</b>	<b>958.632</b>	<b>471.177</b>	<b>1.429.809</b>	<b>621.316</b>	<b>330.781</b>	<b>952.097</b>
Alagoas	56.129	29.497	85.626	35.200	24.263	59.463
Bahia	254.280	138.909	393.189	171.557	78.882	250.439
Ceará	143.248	79.540	222.788	92.697	56.909	149.606
Maranhão	178.942	81.479	260.421	98.230	55.591	153.821
Paraíba	61.327	17.521	78.848	39.659	20.293	59.952
Pernambuco	139.857	69.249	209.106	106.978	50.318	157.296
Piauí	64.849	26.150	90.999	33.994	16.213	50.207
Rio Grande do Norte	35.759	14.698	50.457	24.485	15.186	39.671
Sergipe	24.241	14.134	38.375	18.516	13.126	31.642
<b>Região Sudeste</b>	<b>568.070</b>	<b>333.699</b>	<b>901.769</b>	<b>674.154</b>	<b>525.992</b>	<b>1.200.146</b>
Espírito Santo	42.475	28.013	70.488	35.240	25.756	60.996
Minas Gerais	238.937	124.963	363.900	199.541	146.259	345.800
Rio de Janeiro	55.703	35.479	91.182	78.565	52.998	131.563
São Paulo	230.955	145.244	376.199	360.808	300.979	661.787
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>150.612</b>	<b>66.284</b>	<b>216.896</b>	<b>137.648</b>	<b>91.458</b>	<b>229.106</b>
Distrito Federal	7.086	6.891	13.977	13.389	12.605	25.994
Goiás	71.641	28.591	100.232	63.928	46.259	110.187
Mato Grosso do Sul	26.828	10.855	37.683	24.905	14.368	39.273
Mato Grosso	45.057	19.947	65.004	35.426	18.226	53.652
<b>Região Sul</b>	<b>315.809</b>	<b>197.096</b>	<b>512.905</b>	<b>306.424</b>	<b>207.913</b>	<b>514.337</b>
Paraná	130.934	66.154	197.088	125.540	80.286	205.826
Rio Grande do Sul	130.736	75.089	205.825	114.772	77.474	192.246
Santa Catarina	54.139	55.853	109.992	66.112	50.153	116.265

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE) - PNAD/2001

Unidade da Federação	10 a 15 anos			16 e 17 anos		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
	<b>Brasil</b>	<b>25,3%</b>	<b>13,8%</b>	<b>19,6%</b>	<b>59,8%</b>	<b>38,3%</b>
<b>Norte Urbano</b>	<b>25,2%</b>	<b>12,2%</b>	<b>18,7%</b>	<b>48,4%</b>	<b>31,9%</b>	<b>40,3%</b>
Acre	18,5%	8,8%	14,1%	35,0%	22,6%	27,4%
Amazonas	14,8%	7,7%	11,3%	34,1%	33,6%	33,9%
Amapá	17,4%	5,2%	12,0%	41,9%	20,0%	31,1%
Pará	26,5%	13,9%	20,2%	52,7%	30,0%	41,2%
Rondônia	20,0%	5,3%	11,9%	58,1%	22,6%	41,7%
Roraima	13,1%	4,6%	8,6%	33,3%	38,5%	36,0%
Tocantins	48,8%	24,5%	36,9%	66,4%	49,7%	58,2%
<b>Região Nordeste</b>	<b>35,2%</b>	<b>18,1%</b>	<b>26,8%</b>	<b>63,3%</b>	<b>36,0%</b>	<b>49,9%</b>
Alagoas	19,8%	12,4%	16,1%	50,0%	24,3%	36,7%
Bahia	32,2%	20,5%	26,3%	65,5%	39,5%	53,0%
Ceará	38,1%	15,8%	27,3%	63,8%	36,8%	50,9%
Maranhão	49,8%	25,1%	37,9%	74,7%	39,5%	57,9%
Paraíba	37,0%	11,7%	24,3%	57,8%	26,4%	42,5%
Pernambuco	32,5%	16,4%	24,4%	58,9%	35,4%	47,0%
Piauí	44,0%	20,7%	32,4%	68,4%	39,2%	52,1%
Rio Grande do Norte	17,5%	12,3%	15,0%	53,5%	24,0%	38,7%
Sergipe	31,2%	14,7%	23,1%	57,4%	43,7%	51,1%
<b>Região Sudeste</b>	<b>16,6%</b>	<b>9,4%</b>	<b>13,0%</b>	<b>54,9%</b>	<b>37,1%</b>	<b>46,2%</b>
Espírito Santo	27,5%	11,7%	19,9%	63,4%	34,5%	50,0%
Minas Gerais	27,3%	14,4%	20,8%	65,8%	45,5%	56,2%
Rio de Janeiro	9,0%	3,8%	6,4%	37,6%	19,2%	28,4%
São Paulo	12,7%	8,4%	10,6%	54,3%	39,4%	47,0%
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>25,2%</b>	<b>14,2%</b>	<b>19,8%</b>	<b>63,3%</b>	<b>41,0%</b>	<b>52,2%</b>
Distrito Federal	7,1%	6,0%	6,5%	38,0%	31,5%	34,6%
Goiás	23,8%	13,9%	19,0%	63,8%	40,7%	52,1%
Mato Grosso do Sul	29,4%	18,4%	23,7%	70,6%	43,5%	57,8%
Mato Grosso	36,9%	17,2%	27,6%	77,4%	48,4%	63,1%
<b>Região Sul</b>	<b>26,4%</b>	<b>16,9%</b>	<b>21,6%</b>	<b>69,4%</b>	<b>48,0%</b>	<b>58,8%</b>
Paraná	28,3%	16,8%	22,4%	75,4%	47,0%	61,3%
Rio Grande do Sul	25,1%	17,1%	21,2%	60,9%	45,2%	52,8%
Santa Catarina	25,5%	16,6%	21,0%	72,4%	55,2%	64,7%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE) - PNAD/1999

**Tabela 13 - Taxa de Atividade por faixa etária, sexo, Grande Região e Unidade da Federação (2001)**

Unidade da Federação	10 a 15 anos			16 e 17 anos		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
<b>Brasil</b>	<b>20,6%</b>	<b>11,3%</b>	<b>16,0%</b>	<b>54,0%</b>	<b>35,8%</b>	<b>44,9%</b>
<b>Norte Urbano</b>	16,8%	8,6%	12,7%	46,1%	26,6%	36,2%
Acre	11,0%	11,5%	11,3%	49,1%	31,2%	39,8%
Amazonas	8,7%	7,4%	8,0%	36,5%	20,6%	28,6%
Amapá	11,1%	3,0%	7,0%	25,0%	14,3%	18,7%
Pará	18,0%	9,3%	13,5%	46,3%	25,3%	35,5%
Rondônia	12,0%	5,5%	8,8%	48,9%	28,6%	38,2%
Roraima	9,3%	3,9%	6,5%	26,6%	20,0%	24,1%
Tocantins	36,1%	12,4%	24,6%	69,5%	44,6%	57,6%
<b>Região Nordeste</b>	<b>29,1%</b>	<b>14,4%</b>	<b>21,8%</b>	<b>55,7%</b>	<b>31,3%</b>	<b>43,8%</b>
Alagoas	28,8%	15,2%	22,0%	56,1%	39,8%	48,1%
Bahia	29,0%	15,8%	22,4%	55,6%	28,1%	42,5%
Ceará	28,3%	15,1%	21,5%	57,5%	37,1%	47,6%
Maranhão	40,7%	18,6%	29,7%	65,8%	39,7%	53,2%
Paraíba	25,1%	7,6%	16,6%	50,9%	26,4%	38,7%
Pernambuco	26,5%	13,8%	20,3%	54,7%	29,3%	42,8%
Piauí	33,6%	12,6%	22,7%	52,8%	24,4%	38,4%
Rio Grande do Norte	18,8%	8,6%	14,0%	39,1%	23,5%	31,2%
Sergipe	19,6%	11,7%	15,7%	56,7%	30,9%	42,2%
<b>Região Sudeste</b>	<b>13,9%</b>	<b>8,5%</b>	<b>11,3%</b>	<b>50,1%</b>	<b>37,1%</b>	<b>43,4%</b>
Espírito Santo	22,5%	14,6%	18,5%	66,1%	41,3%	52,7%
Minas Gerais	22,8%	12,2%	17,6%	59,0%	39,8%	49,0%
Rio de Janeiro	7,6%	5,1%	6,4%	33,2%	20,9%	26,8%
São Paulo	11,0%	7,2%	9,1%	50,3%	41,0%	45,6%
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>21,0%</b>	<b>9,4%</b>	<b>15,2%</b>	<b>57,4%</b>	<b>38,6%</b>	<b>48,0%</b>
Distrito Federal	6,4%	5,5%	5,9%	33,0%	30,5%	31,7%
Goiás	22,7%	9,5%	16,2%	62,2%	43,8%	52,9%
Mato Grosso do Sul	20,8%	8,2%	14,4%	60,5%	37,5%	49,4%
Mato Grosso	27,6%	13,6%	21,0%	64,0%	35,3%	50,2%
<b>Região Sul</b>	<b>21,5%</b>	<b>14,2%</b>	<b>17,9%</b>	<b>62,9%</b>	<b>45,0%</b>	<b>54,2%</b>
Paraná	22,1%	12,4%	17,5%	65,0%	45,7%	55,8%
Rio Grande do Sul	23,6%	13,4%	18,5%	62,3%	43,0%	52,7%
Santa Catarina	16,6%	19,1%	17,8%	60,1%	47,3%	53,8%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE) - PNAD/2001

Unidade da Federação	10 a 15 anos			16 e 17 anos		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
	<b>-558.827</b>	<b>-308.722</b>	<b>-867.549</b>	<b>-333.717</b>	<b>-124.615</b>	<b>-458.332</b>
<b>-49.014</b>	<b>-18.726</b>	<b>-67.740</b>	<b>235</b>	<b>-4.387</b>	<b>-4.152</b>	
	-2.032	-878	1.684	385	2.069	
	-10.226	-10.838	429	-4.866	-4.437	
	-4.527	-5.507	-3.542	-1.227	-4.769	
	-13.321	-19.494	2.059	905	2.964	
	-2.597	-2.458	-3.922	1.688	-2.234	
	-287	-332	767	-804	-37	
	-16.024	-28.233	2.760	-468	2.292	
<b>Região Nordeste</b>	<b>-281.317</b>	<b>-153.374</b>	<b>-434.691</b>	<b>-106.153</b>	<b>-70.466</b>	
Alagoas	20.042	26.841	6.098	9.129	15.227	
Bahia	-58.098	-120.534	-46.472	-43.806	-90.278	
Ceará	-66.645	-2.574	-69.219	-20.436	-23.022	
Maranhão	-67.686	-35.027	-102.713	-17.436	-17.968	
Paraíba	-28.140	-11.111	-39.251	-3.800	-2.421	
Pernambuco	-37.753	-20.179	-57.932	3.638	-13.822	
Piauí	-32.205	-19.213	-51.418	-8.214	-14.382	
Rio Grande do Norte	2.614	-6.718	-4.104	-10.192	-621	
Sergipe	-13.446	-2.915	-16.361	-9.339	-5.225	
<b>Região Sudeste</b>	<b>-132.854</b>	<b>-55.649</b>	<b>-188.503</b>	<b>-152.735</b>	<b>-4.957</b>	
Espírito Santo	-14.246	5.951	-8.295	-8.361	5.272	
Minas Gerais	-66.209	-35.070	-101.279	-62.425	-16.689	
Rio de Janeiro	-9.707	8.055	-1.652	-19.492	3.130	
São Paulo	-42.692	-34.585	-77.277	-62.457	3.330	
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>-30.962</b>	<b>-32.672</b>	<b>-63.634</b>	<b>-18.896</b>	<b>-9.394</b>	
Distrito Federal	-967	107	-860	-3.979	-2.860	
Goiás	-2.254	-12.377	-14.631	-554	4.064	
Mato Grosso do Sul	-10.300	-14.218	-24.518	-6.352	-9.248	
Mato Grosso	-17.441	-6.184	-23.625	-8.011	-8.256	
<b>Região Sul</b>	<b>-64.680</b>	<b>-48.301</b>	<b>-112.981</b>	<b>-56.168</b>	<b>-35.411</b>	
Paraná	-24.029	-30.057	-54.086	-26.728	-13.317	
Rio Grande do Sul	-9.081	-16.762	-25.843	-784	-14.313	
Santa Catarina	-31.570	-1.482	-33.052	-28.656	-7.781	

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE) - PNAD (1999 e 2001)

**Tabela 15 - Variação relativa do número de crianças economicamente ativas por faixa etária, sexo, Grande Região e Unidade da Federação (2001-1999)**

Unidade da Federação	10 a 15 anos			16 e 17 anos		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
	<b>Brasil</b>	<b>-21,0%</b>	<b>-21,5%</b>	<b>-21,2%</b>	<b>-15,3%</b>	<b>-9,3%</b>
<b>Norte Urbano</b>	<b>-31,4%</b>	<b>-24,7%</b>	<b>-29,2%</b>	<b>0,2%</b>	<b>-6,8%</b>	<b>-2,5%</b>
Acre	-40,1%	56,9%	-12,4%	71,2%	16,3%	43,7%
Amazonas	-44,5%	-5,1%	-31,0%	2,2%	-30,1%	-12,4%
Amapá	-72,6%	-66,8%	-71,5%	-74,4%	-55,7%	-68,5%
Pará	-20,6%	-17,8%	-19,6%	4,8%	3,6%	4,4%
Rondônia	-25,1%	4,2%	-18,0%	-29,4%	38,0%	-12,6%
Roraima	-15,7%	-6,1%	-13,0%	52,3%	-43,9%	-1,1%
Tocantins	-35,7%	-56,3%	-42,4%	15,4%	-3,7%	7,5%
<b>Região Nordeste</b>	<b>-22,7%</b>	<b>-24,6%</b>	<b>-23,3%</b>	<b>-14,6%</b>	<b>-17,6%</b>	<b>-15,6%</b>
Alagoas	55,5%	30,0%	45,7%	21,0%	60,3%	34,4%
Bahia	-18,6%	-31,0%	-23,5%	-21,3%	-35,7%	-26,5%
Ceará	-31,8%	-3,1%	-23,7%	-18,1%	-4,3%	-13,3%
Maranhão	-27,4%	-30,1%	-28,3%	-15,1%	-0,9%	-10,5%
Paraíba	-31,5%	-38,8%	-33,2%	-8,7%	7,3%	-3,9%
Pernambuco	-21,3%	-22,6%	-21,7%	3,5%	-21,5%	-6,1%
Piauí	-33,2%	-42,4%	-36,1%	-19,5%	-47,0%	-31,0%
Rio Grande do Norte	7,9%	-31,4%	-7,5%	-29,4%	-3,9%	-21,4%
Sergipe	-35,7%	-17,1%	-29,9%	-33,5%	-28,5%	-31,5%
<b>Região Sudeste</b>	<b>-19,0%</b>	<b>-14,3%</b>	<b>-17,3%</b>	<b>-18,5%</b>	<b>-0,9%</b>	<b>-11,6%</b>
Espírito Santo	-25,1%	27,0%	-10,5%	-19,2%	25,7%	-4,8%
Minas Gerais	-21,7%	-21,9%	-21,8%	-23,8%	-10,2%	-18,6%
Rio de Janeiro	-14,8%	29,4%	-1,8%	-19,9%	6,3%	-11,1%
São Paulo	-15,6%	-19,2%	-17,0%	-14,8%	1,1%	-8,2%
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>-17,1%</b>	<b>-33,0%</b>	<b>-22,7%</b>	<b>-12,1%</b>	<b>-9,3%</b>	<b>-11,0%</b>
Distrito Federal	-12,0%	1,6%	-5,8%	-22,9%	-18,5%	-20,8%
Goiás	-3,1%	-30,2%	-12,7%	-0,9%	11,1%	3,8%
Mato Grosso do Sul	-27,7%	-56,7%	-39,4%	-20,3%	-16,8%	-19,1%
Mato Grosso	-27,9%	-23,7%	-26,7%	-18,4%	-31,2%	-23,3%
<b>Região Sul</b>	<b>-17,0%</b>	<b>-19,7%</b>	<b>-18,1%</b>	<b>-15,5%</b>	<b>-14,6%</b>	<b>-15,1%</b>
Paraná	-15,5%	-31,2%	-21,5%	-17,6%	-14,2%	-16,3%
Rio Grande do Sul	-6,5%	-18,2%	-11,2%	-0,7%	-15,6%	-7,3%
Santa Catarina	-36,8%	-2,6%	-23,1%	-30,2%	-13,4%	-23,9%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE) - PNAD (1999 e 2001)

Unidade da Federação	10 a 15 anos			16 e 17 anos		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
	<b>Brasil</b>	<b>-4,7%</b>	<b>-2,5%</b>	<b>-3,6%</b>	<b>-5,8%</b>	<b>-2,5%</b>
<b>Norte Urbano</b>	<b>-8,3%</b>	<b>-3,5%</b>	<b>-6,0%</b>	<b>-2,3%</b>	<b>-5,3%</b>	<b>-4,1%</b>
Acre	-7,5%	2,7%	-2,8%	14,1%	8,6%	12,4%
Amazonas	-6,1%	-0,3%	-3,2%	2,4%	-13,0%	-5,3%
Amapá	-6,2%	-2,2%	-5,0%	-16,9%	-5,7%	-12,4%
Pará	-8,6%	-4,7%	-6,7%	-6,4%	-4,6%	-5,6%
Rondônia	-8,0%	0,2%	-3,1%	-9,1%	5,9%	-3,6%
Roraima	-3,9%	-0,7%	-2,1%	-6,8%	-18,5%	-11,9%
Tocantins	-12,7%	-12,0%	-12,3%	3,1%	-5,1%	-0,7%
<b>Região Nordeste</b>	<b>-6,2%</b>	<b>-3,7%</b>	<b>-5,0%</b>	<b>-7,6%</b>	<b>-4,7%</b>	<b>-6,0%</b>
Alagoas	9,0%	2,8%	5,9%	6,1%	15,5%	11,4%
Bahia	-3,2%	-4,7%	-4,0%	-9,9%	-11,4%	-10,5%
Ceará	-9,8%	-0,8%	-5,8%	-6,3%	0,4%	-3,3%
Maranhão	-9,1%	-6,5%	-8,2%	-8,9%	0,2%	-4,7%
Paraíba	-11,9%	-4,2%	-7,7%	-6,9%	-0,1%	-3,8%
Pernambuco	-6,0%	-2,6%	-4,1%	-4,2%	-6,1%	-4,2%
Piauí	-10,4%	-8,1%	-9,7%	-15,5%	-14,8%	-13,7%
Rio Grande do Norte	1,3%	-3,7%	-1,0%	-14,5%	-0,5%	-7,5%
Sergipe	-11,6%	-3,0%	-7,5%	-0,7%	-12,8%	-8,9%
<b>Região Sudeste</b>	<b>-2,7%</b>	<b>-0,9%</b>	<b>-1,8%</b>	<b>-4,8%</b>	<b>0,0%</b>	<b>-2,8%</b>
Espírito Santo	-4,9%	2,9%	-1,4%	2,7%	6,8%	2,7%
Minas Gerais	-4,5%	-2,2%	-3,3%	-6,9%	-5,7%	-7,2%
Rio de Janeiro	-1,4%	1,3%	0,0%	-4,4%	1,7%	-1,6%
São Paulo	-1,7%	-1,2%	-1,5%	-4,0%	1,5%	-1,4%
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>-4,2%</b>	<b>-4,8%</b>	<b>-4,6%</b>	<b>-5,9%</b>	<b>-2,4%</b>	<b>-4,1%</b>
Distrito Federal	-0,6%	-0,5%	-0,6%	-5,0%	-1,0%	-2,9%
Goiás	-1,1%	-4,4%	-2,7%	-1,6%	3,1%	0,7%
Mato Grosso do Sul	-8,5%	-10,2%	-9,3%	-10,1%	-6,0%	-8,4%
Mato Grosso	-9,3%	-3,6%	-6,6%	-13,4%	-13,1%	-12,9%
<b>Região Sul</b>	<b>-5,0%</b>	<b>-2,6%</b>	<b>-3,7%</b>	<b>-6,5%</b>	<b>-3,0%</b>	<b>-4,7%</b>
Paraná	-6,2%	-4,4%	-4,9%	-10,4%	-1,3%	-5,5%
Rio Grande do Sul	-1,5%	-3,7%	-2,7%	1,4%	-2,2%	-0,1%
Santa Catarina	-8,9%	2,5%	-3,2%	-12,2%	-7,9%	-10,9%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE) - PNAD (1999 e 2001)

<b>Tabela 17 - Número de crianças de 5 a 9 anos de idade ocupadas em atividades agrícolas e não agrícolas por sexo e Grande Região (1999)</b>			
<b>Brasil</b>	Homens	Mulheres	Total
	<b>259.691</b>	<b>123.256</b>	<b>382.947</b>
Agrícola	213.339	94.610	307.949
Não Agrícola	46.352	28.646	74.998
<b>Norte Urbano</b>	<b>17.005</b>	<b>6.191</b>	<b>23.196</b>
Agrícola	5.053	1.937	6.990
Não Agrícola	11.952	4.254	16.206
<b>Região Nordeste</b>	<b>136.564</b>	<b>66.842</b>	<b>203.406</b>
Agrícola	118.686	53.444	172.130
Não Agrícola	17.878	13.398	31.276
<b>Região Sudeste</b>	<b>40.727</b>	<b>19.844</b>	<b>60.571</b>
Agrícola	30.626	13.752	44.378
Não Agrícola	10.101	6.092	16.193
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>11.711</b>	<b>3.593</b>	<b>15.304</b>
Agrícola	9.436	3.045	12.481
Não Agrícola	2.275	548	2.823
<b>Região Sul</b>	<b>53.684</b>	<b>26.786</b>	<b>80.470</b>
Agrícola	49.538	22.432	71.970
Não Agrícola	4.146	4.354	8.500

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE) - PNAD/1999

<b>Tabela 18 - Número de crianças de 5 a 9 anos de idade ocupadas em atividades agrícolas e não agrícolas por sexo e Grande Região (2001)</b>			
<b>Brasil</b>	Homens	Mulheres	Total
	<b>211.595</b>	<b>83.002</b>	<b>294.597</b>
Agrícola	163.747	59.675	223.422
Não Agrícola	47.848	23.327	71.175
<b>Norte Urbano</b>	<b>9.266</b>	<b>2.115</b>	<b>11.381</b>
Agrícola	2.375	590	2.965
Não Agrícola	6.891	1.525	8.416
<b>Região Nordeste</b>	<b>137.738</b>	<b>51.850</b>	<b>189.588</b>
Agrícola	114.508	37.357	151.865
Não Agrícola	23.230	14.493	37.723
<b>Região Sudeste</b>	<b>25.827</b>	<b>9.146</b>	<b>34.973</b>
Agrícola	16.036	4.922	20.958
Não Agrícola	9.791	4.224	14.015
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>6.254</b>	<b>4.579</b>	<b>10.833</b>
Agrícola	3.617	3.250	6.867
Não Agrícola	2.637	1.329	3.966
<b>Região Sul</b>	<b>32.510</b>	<b>15.312</b>	<b>47.822</b>
Agrícola	27.211	13.556	40.767
Não Agrícola	5.299	1.756	7.055

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE) - PNAD/2001

**Tabela 19 - Número de crianças de 10 a 17 anos ocupadas por ramo de atividade, faixa etária, sexo e Grande Região (1999)**

Brasil	10 a 15 anos			16 e 17 anos		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
	<b>2.353.071</b>	<b>1.189.098</b>	<b>3.542.169</b>	<b>1.750.245</b>	<b>957.759</b>	<b>2.708.004</b>
Agrícola	1.430.767	603.141	2.033.908	668.757	239.961	908.718
Indústria de transformação	158.780	59.408	218.188	237.894	85.050	322.944
Indústria de construção	81.038	4.286	85.324	143.070	1.634	144.704
Outras atividades industriais	8.674	1.491	10.165	11.520	3.302	14.822
Comércio de mercadorias	322.101	145.745	467.846	290.542	152.671	443.213
Prestação de serviço	229.095	319.044	548.139	216.152	364.648	580.800
Serviço domiciliar	13.201	221.440	234.641	10.986	267.804	278.790
Serviço auxiliares de atividade econômica	24.542	8.694	33.236	55.741	29.937	85.678
Transporte e comunicação	31.925	3.202	35.127	43.602	4.094	47.696
Social	29.225	30.342	59.567	39.655	48.781	88.436
Administração pública	25.725	11.079	36.804	21.827	12.912	34.739
Outras atividades	11.199	2.666	13.865	21.485	14.769	36.254
<b>Norte Urbano</b>	<b>139.635</b>	<b>64.412</b>	<b>204.047</b>	<b>80.949</b>	<b>45.617</b>	<b>126.566</b>
Agrícola	40.453	7.072	47.525	20.514	3.440	23.954
Indústria de transformação	11.646	1.858	13.504	10.978	1.307	12.285
Indústria de construção	4.782	0	4.782	8.429	0	8.429
Outras atividades industriais	0	0	0	1.137	0	1.137
Comércio de mercadorias	40.167	14.945	55.112	16.513	7.923	24.436
Prestação de serviço	23.946	32.079	56.025	14.578	29.884	44.462
Serviço domiciliar	787	23.788	24.575	1.955	25.064	27.019
Serviço auxiliares de atividade econômica	683	721	1.404	2.878	304	3.182
Transporte e comunicação	734	0	734	2.144	0	2.144
Social	338	564	902	1.625	1.074	2.699
Administração pública	15.848	6.835	22.683	1.208	852	2.060
Outras atividades	1.038	338	1.376	945	833	1.778
<b>Região Nordeste</b>	<b>1.177.834</b>	<b>567.819</b>	<b>1.745.653</b>	<b>640.708</b>	<b>321.994</b>	<b>962.702</b>
Agrícola	870.172	371.527	1.241.699	377.875	132.413	510.288
Indústria de transformação	47.571	21.534	69.105	46.448	14.420	60.868
Indústria de construção	20.868	1.053	21.921	37.881	541	38.422
Outras atividades industriais	3.453	422	3.875	2.614	740	3.354
Comércio de mercadorias	134.445	51.375	185.820	79.987	40.774	120.761
Prestação de serviço	70.675	109.641	180.316	52.610	113.657	166.267
Serviço domiciliar	5.457	73.882	79.339	3.266	87.828	91.094
Serviço auxiliares de atividade econômica	2.151	2.127	4.278	6.703	1.876	8.579
Transporte e comunicação	15.825	0	15.825	17.118	823	17.941
Social	5.950	7.607	13.557	6.183	13.364	19.547
Administração pública	2.975	541	3.516	7.126	2.334	9.460
Outras atividades	3.749	1.992	5.741	6.163	1.052	7.215

**Tabela 19 (cont.) - Número de crianças de 10 a 17 anos ocupadas por ramo de atividade, faixa etária, sexo e Grande Região (1999)**

	10 a 15 anos			16 e 17 anos		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
<b>Região Sudeste</b>	<b>556.136</b>	<b>277.556</b>	<b>833.692</b>	<b>608.852</b>	<b>337.319</b>	<b>946.171</b>
Agrícola	238.427	80.973	319.400	131.647	51.281	182.928
Indústria de transformação	56.201	17.617	73.818	104.951	42.831	147.782
Indústria de construção	37.921	2.191	40.112	61.980	263	62.243
Outras atividades industriais	3.057	1.069	4.126	4.668	544	5.212
Comércio de mercadorias	96.179	49.901	146.080	126.150	61.718	187.868
Prestação de serviço	78.605	103.672	182.277	98.213	124.954	223.167
Serviço domiciliar	4.359	69.965	74.324	3.362	80.266	83.628
Serviço auxiliares de atividade econômica	14.036	3.260	17.296	27.607	21.181	48.788
Transporte e comunicação	9.413	2.849	12.262	16.099	1.981	18.080
Social	15.375	14.520	29.895	21.416	20.447	41.863
Administração pública	3.204	1.504	4.708	6.017	4.740	10.757
Outras atividades	3.718	0	3.718	10.104	7.379	17.483
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>150.679</b>	<b>75.237</b>	<b>225.916</b>	<b>125.480</b>	<b>68.959</b>	<b>194.439</b>
Agrícola	78.382	25.739	104.121	45.747	7.921	53.668
Indústria de transformação	12.380	3.481	15.861	14.270	2.615	16.885
Indústria de construção	4.538	0	4.538	10.434	353	10.787
Outras atividades industriais	0	0	0	1.361	212	1.573
Comércio de mercadorias	27.740	8.464	36.204	24.379	12.381	36.760
Prestação de serviço	18.394	33.826	52.220	15.927	36.141	52.068
Serviço domiciliar	1.555	25.177	26.732	336	28.797	29.133
Serviço auxiliares de atividade econômica	1.367	336	1.703	4.486	1.113	5.599
Transporte e comunicação	1.449	353	1.802	2.468	424	2.892
Social	3.842	1.705	5.547	2.588	4.605	7.193
Administração pública	1.360	997	2.357	3.282	1.623	4.905
Outras atividades	1.227	336	1.563	538	1.571	2.109
<b>Região Sul</b>	<b>328.787</b>	<b>204.074</b>	<b>532.861</b>	<b>294.256</b>	<b>183.870</b>	<b>478.126</b>
Agrícola	203.333	117.830	321.163	92.974	44.906	137.880
Indústria de transformação	30.982	14.918	45.900	61.247	23.877	85.124
Indústria de construção	12.929	1.042	13.971	24.346	477	24.823
Outras atividades industriais	2.164	0	2.164	1.740	1.806	3.546
Comércio de mercadorias	23.570	21.060	44.630	43.513	29.875	73.388
Prestação de serviço	37.475	39.826	77.301	34.824	60.012	94.836
Serviço domiciliar	1.043	28.628	29.671	2.067	45.849	47.916
Serviço auxiliares de atividade econômica	6.305	2.250	8.555	14.067	5.463	19.530
Transporte e comunicação	4.504	0	4.504	5.773	866	6.639
Social	3.720	5.946	9.666	7.843	9.291	17.134
Administração pública	2.338	1.202	3.540	4.194	3.363	7.557
Outras atividades	1.467	0	1.467	3.735	3.934	7.669

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE) - PNAD/1999

**Tabela 20 - Número de crianças de 10 a 17 anos ocupadas por ramo de atividade, faixa etária, sexo e Grande Região ( 2001)**

Brasil	10 a 15 anos			16 e 17 anos		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
	<b>1.826.288</b>	<b>934.870</b>	<b>2.797.158</b>	<b>1.494.260</b>	<b>894.006</b>	<b>2.388.296</b>
Agrícola	1.067.687	373.023	1.440.710	551.277	160.731	712.008
Indústria de transformação	119.455	78.971	198.426	181.901	104.730	286.631
Indústria de construção	60.910	2.205	63.115	126.464	1.691	128.155
Outras atividades industriais	6.955	1.479	8.434	9.422	4.256	13.678
Comércio de mercadorias	292.425	122.973	415.398	254.437	147.411	401.848
Prestação de serviço	210.496	302.740	513.236	210.569	347.268	557.837
Serviço domiciliar	17.403	202.901	220.304	16.683	254.454	271.137
Serviço auxiliares de atividade econômica	26.843	12.645	39.488	47.309	34.722	82.031
Transporte e comunicação	35.780	1.042	36.822	46.607	7.954	54.561
Social	19.915	28.079	47.994	31.826	60.046	91.872
Administração pública	6.907	6.401	13.308	19.939	12.507	32.446
Outras atividades	14.915	5.312	20.227	14.509	12.690	27.199
<b>Norte Urbano</b>	<b>94.804</b>	<b>47.928</b>	<b>142.638</b>	<b>83.863</b>	<b>42.157</b>	<b>126.020</b>
Agrícola	30.295	4.453	34.748	24.936	2.279	27.215
Indústria de transformação	10.511	602	11.113	8.699	1.752	10.451
Indústria de construção	3.882	211	4.093	10.963	0	10.963
Outras atividades industriais	0	0	0	897	0	897
Comércio de mercadorias	27.598	9.190	36.788	14.325	7.114	21.439
Prestação de serviço	18.039	30.834	48.873	14.357	26.125	40.482
Serviço domiciliar	1.120	24.069	25.189	1.759	21.357	23.116
Serviço auxiliares de atividade econômica	1.262	997	2.259	2.266	1.072	3.338
Transporte e comunicação	772	0	772	4.761	0	4.761
Social	211	1.133	1.344	145	2.703	2.848
Administração pública	1.068	204	1.272	1.144	907	2.051
Outras atividades	1.166	204	1.370	1.370	205	1.575
<b>Região Nordeste</b>	<b>910.213</b>	<b>433.127</b>	<b>1.343.340</b>	<b>539.196</b>	<b>259.897</b>	<b>799.093</b>
Agrícola	631.769	217.629	849.398	311.889	84.926	396.815
Indústria de transformação	39.946	31.463	71.409	36.193	15.329	51.522
Indústria de construção	15.822	519	16.341	28.081	490	28.571
Outras atividades industriais	2.988	0	2.988	5.001	548	5.549
Comércio de mercadorias	119.766	50.569	170.335	62.788	37.367	100.155
Prestação de serviço	65.864	117.684	183.548	55.249	109.269	164.518
Serviço domiciliar	11.616	77.671	89.287	4.460	80.970	85.430
Serviço auxiliares de atividade econômica	4.132	1.153	5.285	9.574	633	10.207
Transporte e comunicação	22.121	476	22.597	16.388	211	16.599
Social	1.095	9.791	10.886	5.258	8.084	13.342
Administração pública	1.459	1.614	3.073	5.195	1.873	7.068
Outras atividades	5.251	2.229	7.480	3.580	1.167	4.747

**Tabela 20 (cont.)- Número de crianças de 10 a 17 anos ocupadas por ramo de atividade, faixa etária, sexo e Grande Região ( 2001)**

	10 a 15 anos			16 e 17 anos		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
<b>Região Sudeste</b>	<b>448.083</b>	<b>227.552</b>	<b>675.635</b>	<b>516.825</b>	<b>355.921</b>	<b>872.746</b>
Agrícola	178.248	43.774	222.022	104.753	27.297	132.050
Indústria de transformação	37.367	26.260	63.627	83.794	56.385	140.179
Indústria de construção	23.764	1.132	24.896	53.487	857	54.344
Outras atividades industriais	1.582	0	1.582	2.958	1.409	4.367
Comércio de mercadorias	85.170	34.912	120.082	116.013	65.617	181.630
Prestação de serviço	75.309	96.636	171.945	86.250	126.176	212.426
Serviço domiciliar	3.758	61.437	65.195	6.557	87.285	93.842
Serviço auxiliares de atividade econômica	16.086	7.224	23.310	23.433	25.230	48.663
Transporte e comunicação	10.368	566	10.934	17.672	5.866	23.538
Social	11.913	11.934	23.847	15.140	33.650	48.790
Administração pública	2.851	2.557	5.408	7.383	5.522	12.905
Outras atividades	5.425	2.557	7.982	5.942	7.912	13.854
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>125.080</b>	<b>50.669</b>	<b>175.749</b>	<b>110.724</b>	<b>66.043</b>	<b>176.767</b>
Agrícola	51.305	11.601	62.906	29.028	5.332	34.360
Indústria de transformação	7.903	3.184	11.087	12.968	4.984	17.952
Indústria de construção	6.160	343	6.503	11.124	344	11.468
Outras atividades industriais	666	321	987	0	344	344
Comércio de mercadorias	28.127	7.986	36.113	24.212	12.489	36.701
Prestação de serviço	21.602	23.612	45.214	21.168	31.289	52.457
Serviço domiciliar	344	19.424	19.768	663	26.481	27.144
Serviço auxiliares de atividade econômica	1.502	640	2.142	2.344	1.330	3.674
Transporte e comunicação	1.947	0	1.947	3.346	1.305	4.651
Social	2.244	2.340	4.584	3.996	4.656	8.652
Administração pública	964	320	1.284	2.194	2.292	4.486
Outras atividades	2.660	322	2.982	344	1.678	2.022
<b>Região Sul</b>	<b>284.108</b>	<b>175.694</b>	<b>459.802</b>	<b>243.652</b>	<b>169.988</b>	<b>413.640</b>
Agrícola	176.070	95.566	271.636	80.671	40.897	121.568
Indústria de transformação	23.728	17.462	41.190	40.247	26.280	66.527
Indústria de construção	11.282	0	11.282	22.809	0	22.809
Outras atividades industriais	1.719	1.158	2.877	566	1.955	2.521
Comércio de mercadorias	31.764	20.316	52.080	37.099	24.824	61.923
Prestação de serviço	29.682	33.974	63.656	33.545	54.409	87.954
Serviço domiciliar	565	20.300	20.865	3.244	38.361	41.605
Serviço auxiliares de atividade econômica	3.861	2.631	6.492	9.692	6.457	16.149
Transporte e comunicação	572	0	572	4.440	572	5.012
Social	4.452	2.881	7.333	7.287	10.953	18.240
Administração pública	565	1.706	2.271	4.023	1.913	5.936
Outras atividades	413	0	413	3.273	1.728	5.001

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE) - PNAD/2001

**Tabela 21 - Distribuição percentual das crianças de 5 a 9 anos ocupadas por atividades agrícolas e não agrícolas, de acordo com o sexo e a Grande Região (1999)**

Brasil	Homens	Mulheres	Total
	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
Agrícola	82,2%	76,8%	80,4%
Não Agrícola	17,8%	23,2%	19,6%
<b>Norte Urbano</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
Agrícola	29,7%	31,3%	30,1%
Não Agrícola	70,3%	68,7%	69,9%
<b>Região Nordeste</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
Agrícola	86,9%	80,0%	84,6%
Não Agrícola	13,1%	20,0%	15,4%
<b>Região Sudeste</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
Agrícola	75,2%	69,3%	73,3%
Não Agrícola	24,8%	30,7%	26,7%
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
Agrícola	80,6%	84,7%	81,6%
Não Agrícola	19,4%	15,3%	18,4%
<b>Região Sul</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
Agrícola	92,3%	83,7%	89,4%
Não Agrícola	7,7%	16,3%	10,6%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE) - PNAD/1999

**Tabela 22 - Distribuição percentual das crianças de 5 a 9 anos ocupadas por atividades agrícolas e não agrícolas, de acordo com o sexo e a Grande Região (2001)**

Brasil	Homens	Mulheres	Total
	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
Agrícola	77,4%	71,9%	75,8%
Não Agrícola	22,6%	28,1%	24,2%
<b>Norte Urbano</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
Agrícola	25,6%	27,9%	26,1%
Não Agrícola	74,4%	72,1%	73,9%
<b>Região Nordeste</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
Agrícola	83,1%	72,0%	80,1%
Não Agrícola	16,9%	28,0%	19,9%
<b>Região Sudeste</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
Agrícola	62,1%	53,8%	59,9%
Não Agrícola	37,9%	46,2%	40,1%
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
Agrícola	57,8%	71,0%	63,4%
Não Agrícola	42,2%	29,0%	36,6%
<b>Região Sul</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
Agrícola	83,7%	88,5%	85,2%
Não Agrícola	16,3%	11,5%	14,8%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE) - PNAD/2001

**Tabela 23 - Distribuição percentual das crianças de 10 a 17 anos pelos ramos de atividade econômica, de acordo com a faixa etária, o sexo e a Grande Região (1999)**

Brasil	10 a 15 anos			16 e 17 anos		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Agrícola	60,8%	50,7%	57,4%	38,2%	25,1%	33,6%
Indústria de transformação	6,7%	5,0%	6,2%	13,6%	8,9%	11,9%
Indústria de construção	3,4%	0,4%	2,4%	8,2%	0,2%	5,3%
Outras atividades industriais	0,4%	0,1%	0,3%	0,7%	0,3%	0,5%
Comércio de mercadorias	13,7%	12,3%	13,2%	16,6%	15,9%	16,4%
Prestação de serviço	9,7%	26,8%	15,5%	12,3%	38,1%	21,4%
Serviço domiciliar	0,6%	18,6%	6,6%	0,6%	28,0%	10,3%
Serviço auxiliares de atividade econômica	1,0%	0,7%	0,9%	3,2%	3,1%	3,2%
Transporte e comunicação	1,4%	0,3%	1,0%	2,5%	0,4%	1,8%
Social	1,2%	2,6%	1,7%	2,3%	5,1%	3,3%
Administração pública	1,1%	0,9%	1,0%	1,2%	1,3%	1,3%
Outras atividades	0,5%	0,2%	0,4%	1,2%	1,5%	1,3%
<b>Norte Urbano</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
Agrícola	29,0%	11,0%	23,3%	25,3%	7,5%	18,9%
Indústria de transformação	8,3%	2,9%	6,6%	13,6%	2,9%	9,7%
Indústria de construção	3,4%	0,0%	2,3%	10,4%	0,0%	6,7%
Outras atividades industriais	0,0%	0,0%	0,0%	1,4%	0,0%	0,9%
Comércio de mercadorias	28,8%	23,2%	27,0%	20,4%	17,4%	19,3%
Prestação de serviço	17,1%	49,8%	27,5%	18,0%	65,5%	35,1%
Serviço domiciliar	0,6%	36,9%	12,0%	2,4%	54,9%	21,3%
Serviço auxiliares de atividade econômica	0,5%	1,1%	0,7%	3,6%	0,7%	2,5%
Transporte e comunicação	0,5%	0,0%	0,4%	2,6%	0,0%	1,7%
Social	0,2%	0,9%	0,4%	2,0%	2,4%	2,1%
Administração pública	11,3%	10,6%	11,1%	1,5%	1,9%	1,6%
Outras atividades	0,7%	0,5%	0,7%	1,2%	1,8%	1,4%
<b>Região Nordeste</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
Agrícola	73,9%	65,4%	71,1%	57,8%	32,7%	49,7%
Indústria de transformação	4,0%	3,8%	4,0%	6,7%	5,9%	6,4%
Indústria de construção	1,8%	0,2%	1,3%	5,2%	0,2%	3,6%
Outras atividades industriais	0,3%	0,1%	0,2%	0,9%	0,2%	0,7%
Comércio de mercadorias	11,4%	9,0%	10,6%	11,6%	14,4%	12,5%
Prestação de serviço	6,0%	19,3%	10,3%	10,2%	42,0%	20,6%
Serviço domiciliar	0,5%	13,0%	4,5%	0,8%	31,2%	10,7%
Serviço auxiliares de atividade econômica	0,2%	0,4%	0,2%	1,8%	0,2%	1,3%
Transporte e comunicação	1,3%	0,0%	0,9%	3,0%	0,1%	2,1%
Social	0,5%	1,3%	0,8%	1,0%	3,1%	1,7%
Administração pública	0,3%	0,1%	0,2%	1,0%	0,7%	0,9%
Outras atividades	0,3%	0,4%	0,3%	0,7%	0,4%	0,6%

**Tabela 23 (cont.) - Distribuição percentual das crianças de 10 a 17 anos pelos ramos de atividade econômica, de acordo com a faixa etária, o sexo e a Grande Região (1999)**

	10 a 15 anos			16 e 17 anos		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
<b>Região Sudeste</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
Agrícola	42,9%	29,2%	38,3%	21,6%	15,2%	19,3%
Indústria de transformação	10,1%	6,3%	8,9%	17,2%	12,7%	15,6%
Indústria de construção	6,8%	0,8%	4,8%	10,2%	0,1%	6,6%
Outras atividades industriais	0,5%	0,4%	0,5%	0,8%	0,2%	0,6%
Comércio de mercadorias	17,3%	18,0%	17,5%	20,7%	18,3%	19,9%
Prestação de serviço	14,1%	37,4%	21,9%	16,1%	37,0%	23,6%
Serviço domiciliar	0,8%	25,2%	8,9%	0,6%	23,8%	8,8%
Serviço auxiliares de atividade econômica	2,5%	1,2%	2,1%	4,5%	6,3%	5,2%
Transporte e comunicação	1,7%	1,0%	1,5%	2,6%	0,6%	1,9%
Social	2,8%	5,2%	3,6%	3,5%	6,1%	4,4%
Administração pública	0,6%	0,5%	0,6%	1,0%	1,4%	1,1%
Outras atividades	0,7%	0,0%	0,4%	1,7%	2,2%	1,8%
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
Agrícola	52,0%	34,2%	46,1%	36,5%	11,5%	27,6%
Indústria de transformação	8,2%	4,6%	7,0%	11,4%	3,8%	8,7%
Indústria de construção	3,0%	0,0%	2,0%	8,3%	0,5%	5,5%
Outras atividades industriais	0,0%	0,0%	0,0%	1,1%	0,3%	0,8%
Comércio de mercadorias	18,4%	11,2%	16,0%	19,4%	18,0%	18,9%
Prestação de serviço	12,2%	45,0%	23,1%	12,7%	52,4%	26,8%
Serviço domiciliar	1,0%	33,5%	11,8%	0,3%	41,8%	15,0%
Serviço auxiliares de atividade econômica	0,9%	0,4%	0,8%	3,6%	1,6%	2,9%
Transporte e comunicação	1,0%	0,5%	0,8%	2,0%	0,6%	1,5%
Social	2,5%	2,3%	2,5%	2,1%	6,7%	3,7%
Administração pública	0,9%	1,3%	1,0%	2,6%	2,4%	2,5%
Outras atividades	0,8%	0,4%	0,7%	0,4%	2,3%	1,1%
<b>Região Sul</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
Agrícola	61,8%	57,7%	60,3%	31,6%	24,4%	28,8%
Indústria de transformação	9,4%	7,3%	8,6%	20,8%	13,0%	17,8%
Indústria de construção	3,9%	0,5%	2,6%	8,3%	0,3%	5,2%
Outras atividades industriais	0,7%	0,0%	0,4%	0,6%	1,0%	0,7%
Comércio de mercadorias	7,2%	10,3%	8,4%	14,8%	16,2%	15,3%
Prestação de serviço	11,4%	19,5%	14,5%	11,8%	32,6%	19,8%
Serviço domiciliar	0,3%	14,0%	5,6%	0,7%	24,9%	10,0%
Serviço auxiliares de atividade econômica	1,9%	1,1%	1,6%	4,8%	3,0%	4,1%
Transporte e comunicação	1,4%	0,0%	0,8%	2,0%	0,5%	1,4%
Social	1,1%	2,9%	1,8%	2,7%	5,1%	3,6%
Administração pública	0,7%	0,6%	0,7%	1,4%	1,8%	1,6%
Outras atividades	0,4%	0,0%	0,3%	1,3%	2,1%	1,6%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE) - PNAD/1999

**Tabela 24 - Distribuição percentual das crianças de 10 a 17 anos pelos ramos de atividade econômica, de acordo com a faixa etária, o sexo e a Grande Região (2001)**

Brasil	10 a 15 anos			16 e 17 anos		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Agrícola	57,3%	39,9%	51,5%	36,9%	18,0%	29,8%
Indústria de transformação	6,4%	8,4%	7,1%	12,2%	11,7%	12,0%
Indústria de construção	3,3%	0,2%	2,3%	8,5%	0,2%	5,4%
Outras atividades industriais	0,4%	0,2%	0,3%	0,6%	0,5%	0,6%
Comércio de mercadorias	15,7%	13,2%	14,9%	17,0%	16,5%	16,8%
Prestação de serviço	11,3%	32,4%	18,3%	14,1%	38,8%	23,4%
Serviço domiciliar	0,9%	21,7%	7,9%	1,1%	28,5%	11,4%
Serviço auxiliares de atividade econômica	1,4%	1,4%	1,4%	3,2%	3,9%	3,4%
Transporte e comunicação	1,9%	0,1%	1,3%	3,1%	0,9%	2,3%
Social	1,1%	3,0%	1,7%	2,1%	6,7%	3,8%
Administração pública	0,4%	0,7%	0,5%	1,3%	1,4%	1,4%
Outras atividades	0,8%	0,6%	0,7%	1,0%	1,4%	1,1%
<b>Norte Urbano</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
Agrícola	32,0%	9,3%	24,4%	29,7%	5,4%	21,6%
Indústria de transformação	11,1%	1,3%	7,8%	10,4%	4,2%	8,3%
Indústria de construção	4,1%	0,4%	2,9%	13,1%	0,0%	8,7%
Outras atividades industriais	0,0%	0,0%	0,0%	1,1%	0,0%	0,7%
Comércio de mercadorias	29,1%	19,2%	25,8%	17,1%	16,9%	17,0%
Prestação de serviço	19,0%	64,5%	34,3%	17,1%	62,0%	32,1%
Serviço domiciliar	1,2%	50,3%	17,7%	2,1%	50,7%	18,3%
Serviço auxiliares de atividade econômica	1,3%	2,1%	1,6%	2,7%	2,5%	2,6%
Transporte e comunicação	0,8%	0,0%	0,5%	5,7%	0,0%	3,8%
Social	0,2%	2,4%	0,9%	0,2%	6,4%	2,3%
Administração pública	1,1%	0,4%	0,9%	1,4%	2,2%	1,6%
Outras atividades	1,2%	0,4%	1,0%	1,6%	0,5%	1,2%
<b>Região Nordeste</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
Agrícola	69,4%	50,2%	63,2%	57,8%	32,7%	49,7%
Indústria de transformação	4,4%	7,3%	5,3%	6,7%	5,9%	6,4%
Indústria de construção	1,7%	0,1%	1,2%	5,2%	0,2%	3,6%
Outras atividades industriais	0,3%	0,0%	0,2%	0,9%	0,2%	0,7%
Comércio de mercadorias	13,2%	11,7%	12,7%	11,6%	14,4%	12,5%
Prestação de serviço	7,2%	27,2%	13,7%	10,2%	42,0%	20,6%
Serviço domiciliar	1,3%	17,9%	6,6%	0,8%	31,2%	10,7%
Serviço auxiliares de atividade econômica	0,5%	0,3%	0,4%	1,8%	0,2%	1,3%
Transporte e comunicação	2,4%	0,1%	1,7%	3,0%	0,1%	2,1%
Social	0,1%	2,3%	0,8%	1,0%	3,1%	1,7%
Administração pública	0,2%	0,4%	0,2%	1,0%	0,7%	0,9%
Outras atividades	0,6%	0,5%	0,6%	0,7%	0,4%	0,6%

**Tabela 24 (cont.) - Distribuição percentual das crianças de 10 a 17 anos pelos ramos de atividade econômica, de acordo com a faixa etária, o sexo e a Grande Região (2001)**

	10 a 15 anos			16 e 17 anos		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
<b>Região Sudeste</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
Agrícola	39,8%	19,2%	32,9%	20,3%	7,7%	15,1%
Indústria de transformação	8,3%	11,5%	9,4%	16,2%	15,8%	16,1%
Indústria de construção	5,3%	0,5%	3,7%	10,3%	0,2%	6,2%
Outras atividades industriais	0,4%	0,0%	0,2%	0,6%	0,4%	0,5%
Comércio de mercadorias	19,0%	15,3%	17,8%	22,4%	18,4%	20,8%
Prestação de serviço	16,8%	42,5%	25,4%	16,7%	35,5%	24,3%
Serviço domiciliar	0,8%	27,0%	9,6%	1,3%	24,5%	10,8%
Serviço auxiliares de atividade econômica	3,6%	3,2%	3,5%	4,5%	7,1%	5,6%
Transporte e comunicação	2,3%	0,2%	1,6%	3,4%	1,6%	2,7%
Social	2,7%	5,2%	3,5%	2,9%	9,5%	5,6%
Administração pública	0,6%	1,1%	0,8%	1,4%	1,6%	1,5%
Outras atividades	1,2%	1,1%	1,2%	1,1%	2,2%	1,6%
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
Agrícola	41,0%	22,9%	35,8%	26,2%	8,1%	19,4%
Indústria de transformação	6,3%	6,3%	6,3%	11,7%	7,5%	10,2%
Indústria de construção	4,9%	0,7%	3,7%	10,0%	0,5%	6,5%
Outras atividades industriais	0,5%	0,6%	0,6%	0,0%	0,5%	0,2%
Comércio de mercadorias	22,5%	15,8%	20,5%	21,9%	18,9%	20,8%
Prestação de serviço	17,3%	46,6%	25,7%	19,1%	47,4%	29,7%
Serviço domiciliar	0,3%	38,3%	11,2%	0,6%	40,1%	15,4%
Serviço auxiliares de atividade econômica	1,2%	1,3%	1,2%	2,1%	2,0%	2,1%
Transporte e comunicação	1,6%	0,0%	1,1%	3,0%	2,0%	2,6%
Social	1,8%	4,6%	2,6%	3,6%	7,0%	4,9%
Administração pública	0,8%	0,6%	0,7%	2,0%	3,5%	2,5%
Outras atividades	2,1%	0,6%	1,7%	0,3%	2,5%	1,1%
<b>Região Sul</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
Agrícola	62,0%	54,4%	59,1%	33,1%	24,1%	29,4%
Indústria de transformação	8,4%	9,9%	9,0%	16,5%	15,5%	16,1%
Indústria de construção	4,0%	0,0%	2,5%	9,4%	0,0%	5,5%
Outras atividades industriais	0,6%	0,7%	0,6%	0,2%	1,2%	0,6%
Comércio de mercadorias	11,2%	11,6%	11,3%	15,2%	14,6%	15,0%
Prestação de serviço	10,4%	19,3%	13,8%	13,8%	32,0%	21,3%
Serviço domiciliar	0,2%	11,6%	4,5%	1,3%	22,6%	10,1%
Serviço auxiliares de atividade econômica	1,4%	1,5%	1,4%	4,0%	3,8%	3,9%
Transporte e comunicação	0,2%	0,0%	0,1%	1,8%	0,3%	1,2%
Social	1,6%	1,6%	1,6%	3,0%	6,4%	4,4%
Administração pública	0,2%	1,0%	0,5%	1,7%	1,1%	1,4%
Outras atividades	0,1%	0,0%	0,1%	1,3%	1,0%	1,2%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE) - PNAD/2001

**Tabela 25 – Variação absoluta do número de crianças de 5 a 9 anos de idade ocupadas em atividades agrícolas e não agrícolas por sexo e Grande Região (2001-1999)**

Brasil		Homens	Mulheres	Total
		<b>-48.096</b>	<b>-40.254</b>	<b>-88.350</b>
	Agrícola	-49.592	-34.935	-84.527
	Não Agrícola	1.496	-5.319	-3.823
<b>Norte Urbano</b>		<b>-7.739</b>	<b>-4.076</b>	<b>-11.815</b>
	Agrícola	-2.678	-1.347	-4.025
	Não Agrícola	-5.061	-2.729	-7.790
<b>Região Nordeste</b>		<b>1.174</b>	<b>-14.992</b>	<b>-13.818</b>
	Agrícola	-4.178	-16.087	-20.265
	Não Agrícola	5.352	1.095	6.447
<b>Região Sudeste</b>		<b>-14.900</b>	<b>-10.698</b>	<b>-25.598</b>
	Agrícola	-14.590	-8.830	-23.420
	Não Agrícola	-310	-1.868	-2.178
<b>Região Centro-Oeste</b>		<b>-5.457</b>	<b>986</b>	<b>-4.471</b>
	Agrícola	-5.819	205	-5.614
	Não Agrícola	362	781	1.143
<b>Região Sul</b>		<b>-21.174</b>	<b>-11.474</b>	<b>-32.648</b>
	Agrícola	-22.327	-8.876	-31.203
	Não Agrícola	1.153	-2.598	-1.445

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE) - PNAD (1999 e 2001)

**Tabela 26 - Variação absoluta do número de crianças de 10 a 17 anos ocupadas por ramo de atividade, faixa etária, sexo e Grande Região (2001-1999)**

Brasil	10 a 15 anos			16 e 17 anos		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
	<b>-490.783</b>	<b>-254.228</b>	<b>-745.011</b>	<b>-255.985</b>	<b>-63.753</b>	<b>-319.738</b>
Agrícola	-363.080	-230.118	-593.198	-117.480	-79.230	-196.710
Indústria de transformação	-39.325	19.563	-19.762	-55.993	19.680	-36.313
Indústria de construção	-20.128	-2.081	-22.209	-16.606	57	-16.549
Outras atividades industriais	-1.719	-12	-1.731	-2.098	954	-1.144
Comércio de mercadorias	-29.676	-22.772	-52.448	-36.105	-5.260	-41.365
Prestação de serviço	-18.599	-16.304	-34.903	-5.583	-17.380	-22.963
Serviço domiciliar	4.202	-18.539	-14.337	5.697	-13.350	-7.653
Serviço auxiliares de atividade econômica	2.301	3.951	6.252	-8.432	4.785	-3.647
Transporte e comunicação	3.855	-2.160	1.695	3.005	3.860	6.865
Social	-9.310	-2.263	-11.573	-7.829	11.265	3.436
Administração pública	-18.818	-4.678	-23.496	-1.888	-405	-2.293
Outras atividades	3.716	2.646	6.362	-6.976	-2.079	-9.055
<b>Norte Urbano</b>	<b>-44.831</b>	<b>-16.584</b>	<b>-61.415</b>	2.914	-3.460	-546
Agrícola	-10.158	-2.619	-12.777	4.422	-1.161	3.261
Indústria de transformação	-1.135	-1.256	-2.391	-2.279	445	-1.834
Indústria de construção	-900	211	-689	2.534	0	2.534
Outras atividades industriais	0	0	0	-240	0	-240
Comércio de mercadorias	-12.569	-5.755	-18.324	-2.188	-809	-2.997
Prestação de serviço	-5.907	-1.245	-7.152	-221	-3.759	-3.980
Serviço domiciliar	333	281	614	-196	-3.707	-3.903
Serviço auxiliares de atividade econômica	579	276	855	-612	768	156
Transporte e comunicação	38	0	38	2.617	0	2.617
Social	-127	569	442	-1.480	1.629	149
Administração pública	-14.780	-6.631	-21.411	-64	55	-9
Outras atividades	128	-134	-6	425	-628	-203
<b>Região Nordeste</b>	<b>-267.621</b>	<b>-134.692</b>	<b>-402.313</b>	-101.512	-62.097	-163.609
Agrícola	-238.403	-153.898	-392.301	-65.986	-47.487	-113.473
Indústria de transformação	-7.625	9.929	2.304	-10.255	909	-9.346
Indústria de construção	-5.046	-534	-5.580	-9.800	-51	-9.851
Outras atividades industriais	-465	-422	-887	2.387	-192	2.195
Comércio de mercadorias	-14.679	-806	-15.485	-17.199	-3.407	-20.606
Prestação de serviço	-4.811	8.043	3.232	2.639	-4.388	-1.749
Serviço domiciliar	6.159	3.789	9.948	1.194	-6.858	-5.664
Serviço auxiliares de atividade econômica	1.981	-974	1.007	2.871	-1.243	1.628
Transporte e comunicação	6.296	476	6.772	-730	-612	-1.342
Social	-4.855	2.184	-2.671	-925	-5.280	-6.205
Administração pública	-1.516	1.073	-443	-1.931	-461	-2.392
Outras atividades	1.502	237	1.739	-2.583	115	-2.468

**Tabela 26 (cont.) - Variação absoluta do número de crianças de 10 a 17 anos ocupadas por ramo de atividade, faixa etária, sexo e Grande Região (2001-1999)**

	10 a 15 anos			16 e 17 anos		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
<b>Região Sudeste</b>	<b>-108.053</b>	<b>-50.004</b>	<b>-158.057</b>	-92.027	18.602	-73.425
Agrícola	-60.179	-37.199	-97.378	-26.894	-23.984	-50.878
Indústria de transformação	-18.834	8.643	-10.191	-21.157	13.554	-7.603
Indústria de construção	-14.157	-1.059	-15.216	-8.493	594	-7.899
Outras atividades industriais	-1.475	-1.069	-2.544	-1.710	865	-845
Comércio de mercadorias	-11.009	-14.989	-25.998	-10.137	3.899	-6.238
Prestação de serviço	-3.296	-7.036	-10.332	-11.963	1.222	-10.741
Serviço domiciliar	-601	-8.528	-9.129	3.195	7.019	10.214
Serviço auxiliares de atividade econômica	2.050	3.964	6.014	-4.174	4.049	-125
Transporte e comunicação	955	-2.283	-1.328	1.573	3.885	5.458
Social	-3.462	-2.586	-6.048	-6.276	13.203	6.927
Administração pública	-353	1.053	700	1.366	782	2.148
Outras atividades	1.707	2.557	4.264	-4.162	533	-3.629
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>-25.599</b>	<b>-24.568</b>	<b>-50.167</b>	-14.756	-2.916	-17.672
Agrícola	-27.077	-14.138	-41.215	-16.719	-2.589	-19.308
Indústria de transformação	-4.477	-297	-4.774	-1.302	2.369	1.067
Indústria de construção	1.622	343	1.965	690	-9	681
Outras atividades industriais	666	321	987	-1.361	132	-1.229
Comércio de mercadorias	387	-478	-91	-167	108	-59
Prestação de serviço	3.208	-10.214	-7.006	5.241	-4.852	389
Serviço domiciliar	-1.211	-5.753	-6.964	327	-2.316	-1.989
Serviço auxiliares de atividade econômica	135	304	439	-2.142	217	-1.925
Transporte e comunicação	498	-353	145	878	881	1.759
Social	-1.598	635	-963	1.408	51	1.459
Administração pública	-396	-677	-1.073	-1.088	669	-419
Outras atividades	1.433	-14	1.419	-194	107	-87
<b>Região Sul</b>	<b>-44.679</b>	<b>-28.380</b>	<b>-73.059</b>	-50.604	-13.882	-64.486
Agrícola	-27.263	-22.264	-49.527	-12.303	-4.009	-16.312
Indústria de transformação	-7.254	2.544	-4.710	-21.000	2.403	-18.597
Indústria de construção	-1.647	-1.042	-2.689	-1.537	-477	-2.014
Outras atividades industriais	-445	1.158	713	-1.174	149	-1.025
Comércio de mercadorias	8.194	-744	7.450	-6.414	-5.051	-11.465
Prestação de serviço	-7.793	-5.852	-13.645	-1.279	-5.603	-6.882
Serviço domiciliar	-478	-8.328	-8.806	1.177	-7.488	-6.311
Serviço auxiliares de atividade econômica	-2.444	381	-2.063	-4.375	994	-3.381
Transporte e comunicação	-3.932	0	-3.932	-1.333	-294	-1.627
Social	732	-3.065	-2.333	-556	1.662	1.106
Administração pública	-1.773	504	-1.269	-171	-1.450	-1.621
Outras atividades	-1.054	0	-1.054	-462	-2.206	-2.668

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE) - PNAD (1999 e 2001)

**Tabela 27 - Variação relativa do número de crianças de 5 a 9 anos de idade ocupadas em atividades agrícolas e não agrícolas por sexo e Grande Região (2001-1999)**

Brasil		Homens	Mulheres	Total
		<b>-18,5%</b>	<b>-32,7%</b>	<b>-23,1%</b>
	Agrícola	-23,2%	-36,9%	-27,4%
	Não Agrícola	3,2%	-18,6%	-5,1%
<b>Norte Urbano</b>		<b>-45,5%</b>	<b>-65,8%</b>	<b>-50,9%</b>
	Agrícola	-53,0%	-69,5%	-57,6%
	Não Agrícola	-42,3%	-64,2%	-48,1%
<b>Região Nordeste</b>		<b>0,9%</b>	<b>-22,4%</b>	<b>-6,8%</b>
	Agrícola	-3,5%	-30,1%	-11,8%
	Não Agrícola	29,9%	8,2%	20,6%
<b>Região Sudeste</b>		<b>-36,6%</b>	<b>-53,9%</b>	<b>-42,3%</b>
	Agrícola	-47,6%	-64,2%	-52,8%
	Não Agrícola	-3,1%	-30,7%	-13,5%
<b>Região Centro-Oeste</b>		<b>-46,6%</b>	<b>27,4%</b>	<b>-29,2%</b>
	Agrícola	-61,7%	6,7%	-45,0%
	Não Agrícola	15,9%	142,5%	40,5%
<b>Região Sul</b>		<b>-39,4%</b>	<b>-42,8%</b>	<b>-40,6%</b>
	Agrícola	-45,1%	-39,6%	-43,4%
	Não Agrícola	27,8%	-59,7%	-17,0%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE) - PNAD (1999 e 2001)

**Tabela 28 - Variação relativa do número de crianças de 10 a 17 anos ocupadas por ramo de atividade, faixa etária, sexo e Grande Região (2001-1999)**

Brasil	10 a 15 anos			16 e 17 anos		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
	<b>-20,9%</b>	<b>-21,4%</b>	<b>-21,0%</b>	<b>-14,6%</b>	<b>-6,7%</b>	<b>-11,8%</b>
Agrícola	-25,4%	-38,2%	-29,2%	-17,6%	-33,0%	-21,6%
Indústria de transformação	-24,8%	32,9%	-9,1%	-23,5%	23,1%	-11,2%
Indústria de construção	-24,8%	-48,6%	-26,0%	-11,6%	3,5%	-11,4%
Outras atividades industriais	-19,8%	-0,8%	-17,0%	-18,2%	28,9%	-7,7%
Comércio de mercadorias	-9,2%	-15,6%	-11,2%	-12,4%	-3,4%	-9,3%
Prestação de serviço	-8,1%	-5,1%	-6,4%	-2,6%	-4,8%	-4,0%
Serviço domiciliar	31,8%	-8,4%	-6,1%	51,9%	-5,0%	-2,7%
Serviço auxiliares de atividade econômica	9,4%	45,4%	18,8%	-15,1%	16,0%	-4,3%
Transporte e comunicação	12,1%	-67,5%	4,8%	6,9%	94,3%	14,4%
Social	-31,9%	-7,5%	-19,4%	-19,7%	23,1%	3,9%
Administração pública	-73,2%	-42,2%	-63,8%	-8,6%	-3,1%	-6,6%
Outras atividades	33,2%	99,2%	45,9%	-32,5%	-14,1%	-25,0%
<b>Norte Urbano</b>	<b>-32,1%</b>	<b>-25,7%</b>	<b>-30,1%</b>	<b>-13,5%</b>	<b>-7,7%</b>	<b>-11,1%</b>
Agrícola	-25,1%	-37,0%	-26,9%	3,6%	-7,6%	-0,4%
Indústria de transformação	-9,7%	-67,6%	-17,7%	21,6%	-33,8%	13,6%
Indústria de construção	-18,8%	-	-14,4%	-20,8%	34,0%	-14,9%
Outras atividades industriais	-	-	-	30,1%	-	30,1%
Comércio de mercadorias	-31,3%	-38,5%	-33,2%	-21,1%	-	-21,1%
Prestação de serviço	-24,7%	-3,9%	-12,8%	-13,3%	-10,2%	-12,3%
Serviço domiciliar	42,3%	1,2%	2,5%	-1,5%	-12,6%	-9,0%
Serviço auxiliares de atividade econômica	84,8%	38,3%	60,9%	-10,0%	-14,8%	-14,4%
Transporte e comunicação	5,2%	-	5,2%	-21,3%	252,6%	4,9%
Social	-37,6%	100,9%	49,0%	122,1%	-	122,1%
Administração pública	-93,3%	-97,0%	-94,4%	-91,1%	151,7%	5,5%
Outras atividades	12,3%	-39,6%	-0,4%	-5,3%	6,5%	-0,4%
<b>Região Nordeste</b>	<b>-22,7%</b>	<b>-23,7%</b>	<b>-23,0%</b>	<b>-15,8%</b>	<b>-19,3%</b>	<b>-17,0%</b>
Agrícola	-27,4%	-41,4%	-31,6%	-17,5%	-35,9%	-22,2%
Indústria de transformação	-16,0%	46,1%	3,3%	-22,1%	6,3%	-15,4%
Indústria de construção	-24,2%	-50,7%	-25,5%	-25,9%	-9,4%	-25,6%
Outras atividades industriais	-13,5%	-100,0%	-22,9%	91,3%	-25,9%	65,4%
Comércio de mercadorias	-10,9%	-1,6%	-8,3%	-21,5%	-8,4%	-17,1%
Prestação de serviço	-6,8%	7,3%	1,8%	5,0%	-3,9%	-1,1%
Serviço domiciliar	112,9%	5,1%	12,5%	36,6%	-7,8%	-6,2%
Serviço auxiliares de atividade econômica	92,1%	-45,8%	23,5%	42,8%	-66,3%	19,0%
Transporte e comunicação	39,8%	-	42,8%	-4,3%	-74,4%	-7,5%
Social	-81,6%	28,7%	-19,7%	-15,0%	-39,5%	-31,7%
Administração pública	-51,0%	198,3%	-12,6%	-27,1%	-19,8%	-25,3%
Outras atividades	40,1%	11,9%	30,3%	-41,9%	10,9%	-34,2%

**Tabela 28 (cont.)- Variação relativa do número de crianças de 10 a 17 anos ocupadas por ramo de atividade, faixa etária, sexo e Grande Região (2001-1999)**

	10 a 15 anos			16 e 17 anos		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
<b>Região Sudeste</b>	<b>-19,4%</b>	<b>-18,0%</b>	<b>-19,0%</b>	45,0%	-75,4%	-11,4%
Agrícola	-25,2%	-45,9%	-30,5%	-2,5%	-5,5%	-3,7%
Indústria de transformação	-33,5%	49,1%	-13,8%	-15,1%	5,5%	-7,8%
Indústria de construção	-37,3%	-48,3%	-37,9%	-20,4%	-46,8%	-27,8%
Outras atividades industriais	-48,2%	-100,0%	-61,7%	-20,2%	31,6%	-5,1%
Comércio de mercadorias	-11,4%	-30,0%	-17,8%	-13,7%	225,9%	-12,7%
Prestação de serviço	-4,2%	-6,8%	-5,7%	-36,6%	159,0%	-16,2%
Serviço domiciliar	-13,8%	-12,2%	-12,3%	-8,0%	6,3%	-3,3%
Serviço auxiliares de atividade econômica	14,6%	121,6%	34,8%	-12,2%	1,0%	-4,8%
Transporte e comunicação	10,1%	-80,1%	-10,8%	95,0%	8,7%	12,2%
Social	-22,5%	-17,8%	-20,2%	-15,1%	19,1%	-0,3%
Administração pública	-11,0%	70,0%	14,9%	9,8%	196,1%	30,2%
Outras atividades	45,9%	-	114,7%	-29,3%	64,6%	16,5%
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>-17,0%</b>	<b>-32,7%</b>	<b>-22,2%</b>	22,7%	16,5%	20,0%
Agrícola	-34,5%	-54,9%	-39,6%	-41,2%	7,2%	-20,8%
Indústria de transformação	-36,2%	-8,5%	-30,1%	-13,6%	14,9%	-3,0%
Indústria de construção	35,7%	-	43,3%	-11,8%	-4,2%	-9,1%
Outras atividades industriais	-	-	-	-36,5%	-32,7%	-36,0%
Comércio de mercadorias	1,4%	-5,6%	-0,3%	-9,1%	90,6%	6,3%
Prestação de serviço	17,4%	-30,2%	-13,4%	6,6%	-2,5%	6,3%
Serviço domiciliar	-77,9%	-22,9%	-26,1%	-100,0%	62,3%	-78,1%
Serviço auxiliares de atividade econômica	9,9%	90,5%	25,8%	-0,7%	0,9%	-0,2%
Transporte e comunicação	34,4%	-100,0%	8,0%	32,9%	-13,4%	0,7%
Social	-41,6%	37,2%	-17,4%	97,3%	-8,0%	-6,8%
Administração pública	-29,1%	-67,9%	-45,5%	-47,7%	19,5%	-34,4%
Outras atividades	116,8%	-4,2%	90,8%	35,6%	207,8%	60,8%
<b>Região Sul</b>	<b>-13,6%</b>	<b>-13,9%</b>	<b>-13,7%</b>	54,4%	1,1%	20,3%
Agrícola	-13,4%	-18,9%	-15,4%	-33,2%	41,2%	-8,5%
Indústria de transformação	-23,4%	17,1%	-10,3%	-36,1%	6,8%	-4,1%
Indústria de construção	-12,7%	-100,0%	-19,2%	2,5%	-0,5%	1,2%
Outras atividades industriais	-20,6%	-	32,9%	-17,2%	-7,5%	-13,5%
Comércio de mercadorias	34,8%	-3,5%	16,7%	-13,2%	-8,9%	-11,8%
Prestação de serviço	-20,8%	-14,7%	-17,7%	-34,3%	10,1%	-21,8%
Serviço domiciliar	-45,8%	-29,1%	-29,7%	-6,3%	-100,0%	-8,1%
Serviço auxiliares de atividade econômica	-38,8%	16,9%	-24,1%	-67,5%	8,3%	-28,9%
Transporte e comunicação	-87,3%	-	-87,3%	-14,7%	-16,9%	-15,6%
Social	19,7%	-51,5%	-24,1%	-3,7%	-9,3%	-7,3%
Administração pública	-75,8%	41,9%	-35,8%	56,9%	-16,3%	-13,2%
Outras atividades	-71,8%	-	-71,8%	-31,1%	18,2%	-17,3%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE) – PNAD (1999 e 2001)

**Tabela 29 – Variação da distribuição percentual das crianças de 5 a 9 anos ocupadas por atividades agrícolas e não agrícolas, de acordo com o sexo e a Grande Região (2001-1999)**

<b>Brasil</b>		<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>
	Agrícola	-4,8%	-4,9%	-4,6%
	Não Agrícola	4,8%	4,9%	4,6%
<b>Norte Urbano</b>				
	Agrícola	-4,1%	-3,4%	-4,1%
	Não Agrícola	4,1%	3,4%	4,1%
<b>Região Nordeste</b>				
	Agrícola	-3,8%	-7,9%	-4,5%
	Não Agrícola	3,8%	7,9%	4,5%
<b>Região Sudeste</b>				
	Agrícola	-13,1%	-15,5%	-13,3%
	Não Agrícola	13,1%	15,5%	13,3%
<b>Região Centro-Oeste</b>				
	Agrícola	-22,7%	-13,8%	-18,2%
	Não Agrícola	22,7%	13,8%	18,2%
<b>Região Sul</b>				
	Agrícola	-8,6%	4,8%	-4,2%
	Não Agrícola	8,6%	-4,8%	4,2%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE) – PNAD (1999 e 2001)

**Tabela 30 - Variação da Distribuição percentual das crianças de 10 a 17 anos pelos ramos de atividade econômica, de acordo com a faixa etária, o sexo e a Grande Região (2001-1999)**

Brasil	10 a 15 anos			16 e 17 anos		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Agrícola	-3,5%	-10,8%	-5,9%	-1,3%	-7,1%	-3,7%
Indústria de transformação	-0,3%	3,5%	0,9%	-1,4%	2,8%	0,1%
Indústria de construção	-0,2%	-0,1%	-0,2%	0,3%	0,0%	0,0%
Outras atividades industriais	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%
Comércio de mercadorias	2,0%	0,9%	1,6%	0,4%	0,5%	0,5%
Prestação de serviço	1,6%	5,6%	2,9%	1,7%	0,8%	1,9%
Serviço domiciliar	0,4%	3,1%	1,3%	0,5%	0,5%	1,1%
Serviço auxiliares de atividade econômica	0,4%	0,6%	0,5%	0,0%	0,8%	0,3%
Transporte e comunicação	0,6%	-0,2%	0,3%	0,6%	0,5%	0,5%
Social	-0,2%	0,5%	0,0%	-0,1%	1,6%	0,6%
Administração pública	-0,7%	-0,2%	-0,6%	0,1%	0,1%	0,1%
Outras atividades	0,3%	0,3%	0,3%	-0,3%	-0,1%	-0,2%
<b>Norte Urbano</b>						
Agrícola	3,0%	-1,7%	1,1%	4,4%	-2,1%	2,7%
Indústria de transformação	2,7%	-1,6%	1,2%	-3,2%	1,3%	-1,4%
Indústria de construção	0,7%	0,4%	0,5%	2,7%	0,0%	2,0%
Outras atividades industriais	0,0%	0,0%	0,0%	-0,3%	0,0%	-0,2%
Comércio de mercadorias	0,3%	-4,0%	-1,2%	-3,3%	-0,5%	-2,3%
Prestação de serviço	1,9%	14,7%	6,8%	-0,9%	-3,5%	-3,0%
Serviço domiciliar	0,6%	13,4%	5,6%	-0,3%	-4,3%	-3,0%
Serviço auxiliares de atividade econômica	0,8%	1,0%	0,9%	-0,9%	1,9%	0,1%
Transporte e comunicação	0,3%	0,0%	0,2%	3,0%	0,0%	2,1%
Social	0,0%	1,5%	0,5%	-1,8%	4,1%	0,1%
Administração pública	-10,2%	-10,2%	-10,2%	-0,1%	0,3%	0,0%
Outras atividades	0,5%	-0,1%	0,3%	0,5%	-1,3%	-0,2%
<b>Região Nordeste</b>						
Agrícola	-4,5%	-15,2%	-7,9%	0,0%	0,0%	0,0%
Indústria de transformação	0,3%	3,5%	1,4%	0,0%	0,0%	0,0%
Indústria de construção	0,0%	-0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outras atividades industriais	0,0%	-0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Comércio de mercadorias	1,7%	2,6%	2,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Prestação de serviço	1,2%	7,9%	3,3%	0,0%	0,0%	0,0%
Serviço domiciliar	0,8%	4,9%	2,1%	0,0%	0,0%	0,0%
Serviço auxiliares de atividade econômica	0,3%	-0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%
Transporte e comunicação	1,1%	0,1%	0,8%	0,0%	0,0%	0,0%
Social	-0,4%	0,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Administração pública	-0,1%	0,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outras atividades	0,3%	0,2%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%

**Tabela 30 - Variação da Distribuição percentual das crianças de 10 a 17 anos pelos ramos de atividade econômica, de acordo com a faixa etária, o sexo e a Grande Região (2001-1999)**

Região Sudeste	10 a 15 anos			16 e 17 anos		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Agrícola	-3,1%	-9,9%	-5,5%	-1,4%	-7,5%	-4,2%
Indústria de transformação	-1,8%	5,2%	0,6%	-1,0%	3,1%	0,4%
Indústria de construção	-1,5%	-0,3%	-1,1%	0,2%	0,2%	-0,4%
Outras atividades industriais	-0,2%	-0,4%	-0,3%	-0,2%	0,2%	-0,1%
Comércio de mercadorias	1,7%	-2,6%	0,3%	1,7%	0,1%	1,0%
Prestação de serviço	2,7%	5,1%	3,6%	0,6%	-1,6%	0,8%
Serviço domiciliar	0,1%	1,8%	0,7%	0,7%	0,7%	1,9%
Serviço auxiliares de atividade econômica	1,1%	2,0%	1,4%	0,0%	0,8%	0,4%
Transporte e comunicação	0,6%	-0,8%	0,1%	0,8%	1,1%	0,8%
Social	-0,1%	0,0%	-0,1%	-0,6%	3,4%	1,2%
Administração pública	0,1%	0,6%	0,2%	0,4%	0,1%	0,3%
Outras atividades	0,5%	1,1%	0,7%	-0,5%	0,0%	-0,3%
<b>Região Centro-Oeste</b>						
Agrícola	-11,0%	-11,3%	-10,3%	-10,2%	-3,4%	-8,2%
Indústria de transformação	-1,9%	1,7%	-0,7%	0,3%	3,8%	1,5%
Indústria de construção	1,9%	0,7%	1,7%	1,7%	0,0%	0,9%
Outras atividades industriais	0,5%	0,6%	0,6%	-1,1%	0,2%	-0,6%
Comércio de mercadorias	4,1%	4,5%	4,5%	2,4%	1,0%	1,9%
Prestação de serviço	5,1%	1,6%	2,6%	6,4%	-5,0%	2,9%
Serviço domiciliar	-0,8%	4,9%	-0,6%	0,3%	-1,7%	0,4%
Serviço auxiliares de atividade econômica	0,3%	0,8%	0,5%	-1,5%	0,4%	-0,8%
Transporte e comunicação	0,6%	-0,5%	0,3%	1,1%	1,4%	1,1%
Social	-0,8%	2,4%	0,2%	1,5%	0,4%	1,2%
Administração pública	-0,1%	-0,7%	-0,3%	-0,6%	1,1%	0,0%
Outras atividades	1,3%	0,2%	1,0%	-0,1%	0,3%	0,1%
<b>Região Sul</b>						
Agrícola	0,1%	-3,3%	-1,2%	1,5%	-0,4%	0,6%
Indústria de transformação	-1,1%	2,6%	0,3%	-4,3%	2,5%	-1,7%
Indústria de construção	0,0%	-0,5%	-0,2%	1,1%	-0,3%	0,3%
Outras atividades industriais	-0,1%	0,7%	0,2%	-0,4%	0,2%	-0,1%
Comércio de mercadorias	4,0%	1,2%	3,0%	0,4%	-1,6%	-0,4%
Prestação de serviço	-1,0%	-0,2%	-0,7%	1,9%	-0,6%	1,4%
Serviço domiciliar	-0,1%	-2,5%	-1,0%	0,6%	-2,4%	0,0%
Serviço auxiliares de atividade econômica	-0,6%	0,4%	-0,2%	-0,8%	0,8%	-0,2%
Transporte e comunicação	-1,2%	0,0%	-0,7%	-0,1%	-0,1%	-0,2%
Social	0,4%	-1,3%	-0,2%	0,3%	1,4%	0,8%
Administração pública	-0,5%	0,4%	-0,2%	0,2%	-0,7%	-0,1%
Outras atividades	-0,3%	0,0%	-0,2%	0,1%	-1,1%	-0,4%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE) – PNAD (1999 e 2001)